

PERFIL E ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE PESQUISA

2019



OBSERVATÓRIO
DO ESPORTE

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto

SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTES

José Francisco Filho

SUPERINTENDENTE DE FOMENTO E INCENTIVO AO ESPORTE

Thiago Souza Santana

COORDENAÇÃO

Diretor de Fomento e Organização de Políticas Esportivas

Bráulio Humberto da Silva

Coordenadora do Observatório do Esporte

Ana Paula de Jesus

EQUIPE TÉCNICA

Luiza Cupertino Xavier da Silva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	6
CAPÍTULO 1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES	8
CAPÍTULO 2 - REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES	24
CAPÍTULO 3 - AVALIAÇÃO DOS CONSELHEIROS QUANTO ÀS DIFICULDADES E ASPECTOS POSITIVOS DA ATUAÇÃO	32
CAPÍTULO 4 – QUALIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO I.....	49

INTRODUÇÃO

A consolidação da Constituição Federal de 1988 trouxe à tona algumas transformações essenciais a aspectos políticos de nosso país. Entre essas mudanças, no capítulo “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, em seu artigo 217, o esporte é definido como direito de cada um, em que é enfatizado o dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não formais. Esse mesmo artigo destaca ainda, em seu parágrafo 3º, o papel do poder público em incentivar o lazer como um dos elementos fomentadores da promoção social. Ainda em relação ao lazer, o texto o define como um direito social, a partir do artigo 6º do capítulo nomeado “Dos Direitos Sociais”.

Após a consolidação dessas manifestações enquanto segmentos essenciais da vida social humana e dependentes da ação governamental, que possui o dever de promovê-los e incentivá-los, surge então o desafio de como elaborar e implementar políticas que garantam o acesso a esses direitos, de forma democrática e eficiente, à população brasileira, tendo como perspectiva a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs (MENICUCCI, 2006). Diante desse cenário, observa-se ao longo dos últimos anos um crescimento significativo da produção científica voltada para a área de políticas públicas de esporte e lazer, como também de áreas correlatas.

Nesse contexto, a Subsecretaria de Esportes de Minas Gerais (Subesp), que atualmente integra a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), é um dos órgãos da administração pública direta, de âmbito estadual, que possui como competência assegurar o acesso ao esporte, à atividade física e ao lazer aos mineiros e mineiras. O trabalho desenvolvido pela Subesp tem em vista, assim como reiterado pelo Artigo 50 do Decreto Nº 47.761/2019, o desenvolvimento humano, a redução da vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida da população.

No que concerne a produção científica sobre as políticas esportivas e de lazer, destaca-se que, dentro do organograma da Subsecretaria, está atualmente situado o Observatório do Esporte de Minas Gerais que, a partir da publicação da Resolução SEESP nº 41/2018, teve suas atribuições ampliadas, incluindo-se a promoção de pesquisas e estudos sobre a realidade do esporte mineiro e, conseqüentemente, a disseminação do conhecimento resultante. Além disso, um dos propósitos do Observatório é o diálogo com a sociedade, tendo como base o alcance do interesse público.

Nesse sentido, a presente pesquisa corrobora com esse empenho de ouvir a sociedade e inaugura essa nova trajetória do Observatório do Esporte no esforço de oferecer subsídios ao Estado e municípios para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas esportivas, contribuindo para a tomada de decisões mais assertivas pelos atores governamentais.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo investigar o perfil e a atuação dos conselheiros municipais de esporte de Minas Gerais. De acordo com o Decreto N°45.393 de 09 de junho de 2010, artigo 2º, inciso I, os conselhos municipais de esporte são definidos como um

órgão colegiado, de natureza permanente, que tem por finalidade elaborar e desenvolver, em conjunto com a Prefeitura Municipal, os projetos destinados à promoção das atividades esportivas, bem como fiscalizar a sua execução, contribuindo para a elaboração de políticas públicas municipais relacionadas ao esporte, exercendo o controle social e auxiliando na melhoria da gestão, da qualidade e da transparência das políticas públicas de esporte executadas no Município (MINAS GERAIS, 2010).

Em relação ao propósito dos conselhos municipais de esportes, prevê-se que esses órgãos devam, em sua essência, ampliar a participação de agentes não ligados ao poder público no desenvolvimento e execução de políticas esportivas, a fim de consolidar um passo na direção da democratização e participação popular (STAREPRAVO, 2007).

Ainda em relação aos objetivos dos conselhos, Martins (2000, p. 87) afirma que

Após a Constituição Federal de 1988, eles estão de fato dentro de uma nova relação Estado/sociedade civil, uma mudança cultural onde os conselhos passam a ser uma instância de poder, sujeitos coletivos de um processo de gestão participativa no que se refere às políticas públicas. Os Conselhos são elementos e instrumentos importantes na consolidação da democracia no país.

Nesse sentido, no que diz respeito a consolidação dos conselhos municipais de esporte no Brasil, os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic (IBGE, 2016), apontaram que entre 2003 e 2016 houve um crescimento desses órgãos nos municípios brasileiros de 11,8% (658) para 20,8% (1161). Em relação a Minas Gerais, a pesquisa mostrou que dentre os 1161 conselhos existentes no país no período, 567 localizavam-se no estado mineiro, o que corresponde a 48,8% do total. Destaca-se que em relação aos dados sobre o número de municípios com conselhos em Minas Gerais no ano de 2003, a Munic (IBGE, 2003) apresentou que nesse ano haviam no estado 33 municípios com conselhos municipais de esportes, ou seja, um crescimento de 3,8% (33) para 66,5% (567), em 2016.

Sendo assim, o que se percebe é que esses órgãos são importantes recursos para a democratização e participação popular na construção das políticas esportivas, que vêm se consolidando nos municípios brasileiros ao longo dos últimos anos, principalmente no que diz respeito aos municípios mineiros.

Dentro desse contexto, destaca-se o importante papel dos atores que contribuem para o desenvolvimento das ações do conselho, os conselheiros municipais de esportes. Isso porque, em um espaço onde um dos principais objetivos é que as demandas da população em relação ao esporte

sejam manifestadas e discutidas, o conselheiro possui um papel fundamental nesse ambiente de gestão participativa, uma vez que é ele quem transmite as necessidades da população.

Contudo, apesar da importância desses sujeitos para o desenvolvimento das políticas públicas esportivas, o que se observa é uma escassez de pesquisas relacionadas à realidade dos conselheiros municipais de esportes no Brasil. Diante dessa defasagem de estudos, esse relatório visa colaborar com a produção sobre a temática, a fim de contribuir para a melhor organização de políticas públicas esportivas do Estado, bem como oferecer subsídios às possíveis novas investigações que contribuam com o desenvolvimento de políticas esportivas em Minas Gerais.

As questões-chave de orientação para esse estudo foram: “1) Qual o perfil dos conselheiros municipais de esportes de Minas Gerais?”; “2) Quais as características em relação à representatividade desses conselheiros?”; “3) Quais são os desafios e aspectos positivos que esses atores identificam em relação à própria atuação?”; “4) Quais as demandas de qualificação desses sujeitos?”.

Para a discussão desses pontos, os dois primeiros capítulos apresentam dados relacionados ao perfil socioeconômico e à representatividade dos conselheiros investigados, possibilitando reflexões acerca da inclusão de sujeitos com perfis diversificados, além de entender a posição desses indivíduos nesses espaços, enquanto representantes do poder público e da sociedade civil. Já o terceiro e o quarto capítulo apresentam dados sobre a atuação desses sujeitos, as dificuldades e pontos positivos identificados por eles, e suas demandas por qualificação. Os temas abordados nos referidos capítulos são importantes pontos de discussão para melhor compreensão sobre as realidades vivenciadas pelos conselheiros situados nesse espaço de gestão participativa e posterior estabelecimento de ações que contribuam para o fortalecimento da atuação desses atores e, conseqüentemente, a melhoria da política pública.

PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira consistiu na realização de levantamento bibliográfico relacionado às temáticas “conselhos” e “conselheiros municipais”, disponíveis nas principais plataformas *online*, como a Plataforma Sucupira - vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) -, com destaque para estudos publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A segunda fase consistiu na coleta e sistematização de informações sobre conselheiros municipais de esportes em atuação no estado de Minas Gerais, entre 2013 e 2019, por meio de aplicação de dois questionários, sendo um específico para conselheiros em exercício (22 questões) e outro destinado apenas aos ex-conselheiros (20 questões), contendo perguntas e respostas predefinidas e também questões abertas, conforme anexo I. Esses questionários foram aplicados através da plataforma de pesquisa online *Survey Monkey* (<https://pt.surveymonkey.com/>).

Os instrumentos foram encaminhados via e-mail dos conselheiros devidamente cadastrados em base de dados do Sistema de Informação ICMS Esportivo (icms.esportes.mg.gov.br), tanto para aqueles que estavam com o cadastro ativo (conselheiros em exercício no período de aplicação dos questionários), quanto para os que estavam com o cadastro inativo (ex-conselheiros). No total foram encaminhados 17.988 questionários, sendo 11.183 para os conselheiros inativos e 6.805 para conselheiros ativos.

Durante o período de 19 a 25 de março de 2019, em que os questionários estiveram abertos, a pesquisa obteve 561 retornos de conselheiros ativos e 318 respostas de conselheiros inativos, totalizando 879 questionários respondidos. No entanto, para melhor tratamento e apresentação dos dados, foram desconsiderados 89 questionários, 60 entre os ativos e 29 entre os inativos, considerados inválidos (não respondidos). Sendo assim, a amostra final se consolidou em 501 questionários dos conselheiros ativos e 289 dos conselheiros inativos, totalizando 790 questionários analisados, o que configurou um grau confiança de 95% da amostra final, com uma margem de erro de 3%. Além disso, durante a análise de cada questão foram desconsideradas as não respostas (“não sei”, “não quero responder”).

Após a coleta dos questionários foi realizado um tratamento dos dados por intermédio das planilhas geradas por meio da plataforma de pesquisa *online* utilizada. No que se refere às questões fechadas, quando necessária a interseção das variáveis, utilizou-se o *software* livre de análise estatística *PSPP*. Esse *software* gerou novos relatórios tabulados com os valores referentes aos cruzamentos dos dados. Em relação às questões abertas, adotou-se um processo de análise e codificação das mensagens contidas nas respostas. Esse processo permitiu a construção de categorias, a partir da formação dos grupos de respostas que continham características em comum (BARDIN, 2009).

Realizados todos esses processos, a discussão deste estudo foi desenvolvida com base nas leituras realizadas durante a revisão bibliográfica, na análise dos dados e também a partir de novas leituras que foram sendo demandadas ao longo do desenvolvimento dessa discussão. Por fim, cabe

ressaltar que as informações, gráficos e tabelas do presente relatório foram organizados pelos analistas do Observatório do Esporte de Minas Gerais.

CAPÍTULO 1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES

Os conselhos municipais de esportes, assim como os demais conselhos de políticas sociais, refletem as problemáticas da nossa democracia que é, relativamente, recém-reestabelecida e, por isso, a avaliação dessas novas experiências de gestão ainda é tarefa desafiadora e necessária. Nessa conjuntura, emergem as pesquisas sobre esses modelos de gestões incipientes, entre elas as de ideário participacionista. Incentivados a partir desse contexto, alguns desses estudos investigam questões relacionadas ao entendimento sobre o perfil dos conselheiros que compõem um dos instrumentos dessa política participativa de nossa sociedade, os conselhos municipais (TATAGIBA, 2005).

Nesse sentido, o presente capítulo apresentará o perfil socioeconômico dos conselheiros municipais de esportes do estado de Minas Gerais, por meio da apresentação das informações extraídas dos questionários aplicados. Na análise desses dados, foi possível fazer levantamentos sobre o gênero, cor/raça, escolaridade e renda mensal desses conselheiros, além de outras informações obtidas através da interseção dessas variáveis.

A título de introdução, para o delineamento desse perfil, destaca-se, em um primeiro momento, as informações que foram obtidas por meio das questões fechadas. A começar pela distribuição desses conselheiros segundo o gênero, identificou-se que há o predomínio de pessoas do gênero masculino, tanto para os conselheiros inativos, quanto para os ativos. A Tabela 1 indica que os valores entre esses dois grupos investigados foram semelhantes. Dessa forma, analisando o número geral (conselheiros ativos e inativos), o resultado revelou que 73,7% dos conselheiros são homens e 26,3% mulheres. Esses dados demonstram uma baixa representatividade das mulheres que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2018, são a maioria da população brasileira (51,7%). Essa discussão será aprofundada mais adiante.

TABELA 1
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes por gênero.
(Em%)

Gênero	Conselheiros Inativos	Conselheiros Ativos	Número Geral
Feminino	23,2	28,1	26,3
Masculino	76,8	71,9	73,7
Total	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a região dos conselheiros, a Tabela 2 indica que as duas regiões com mais conselheiros participantes da pesquisa são da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 19,4% dos conselheiros inativos e 17,3% entre os ativos, seguida da Região Sul/ Sudoeste de Minas, com 17,6% dos respondentes inativos e 16,4% dos ativos. A região com menos respondentes foi a Central Mineira (3,8%), para o caso dos ativos e, o Vale do Mucuri (3,0%), para os inativos. Vale destacar que esses dados estão apresentados a partir da divisão regional por mesorregiões adotada atualmente pelo IBGE.

TABELA 2
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes por região.
 (Em %)

Região	Conselheiros Inativos	Conselheiros Ativos	Número Geral
Campo das Vertentes	3,1	3,6	3,4
Central Mineira	2,1	3,8	3,2
Jequitinhonha	2,8	5,4	4,4
Metropolitana de Belo Horizonte	19,4	17,6	18,2
Noroeste de Minas	3,5	3,2	3,3
Norte de Minas	8,0	5,8	6,6
Oeste de Minas	5,2	6,6	6,1
Sul/ Sudoeste de Minas	17,3	16,4	16,7
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	6,2	8,4	7,6
Vale do Mucuri	4,2	3,0	3,4
Vale do Rio Doce	11,4	9,6	10,3
Zona da Mata	17,0	15,6	16,1
Sem resposta	0,0	1,2	0,8
Total	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

O Mapa 1 ilustra essa distribuição dos respondentes por município em relação ao número geral de respondentes da pesquisa. Cabe destacar que, no total, a pesquisa contou com a participação de conselheiros de 402 municípios do estado. Esse número é expressivo, quando considerado que, de acordo com a Munic (IBGE, 2016)¹, pesquisa que revela os dados mais recentes

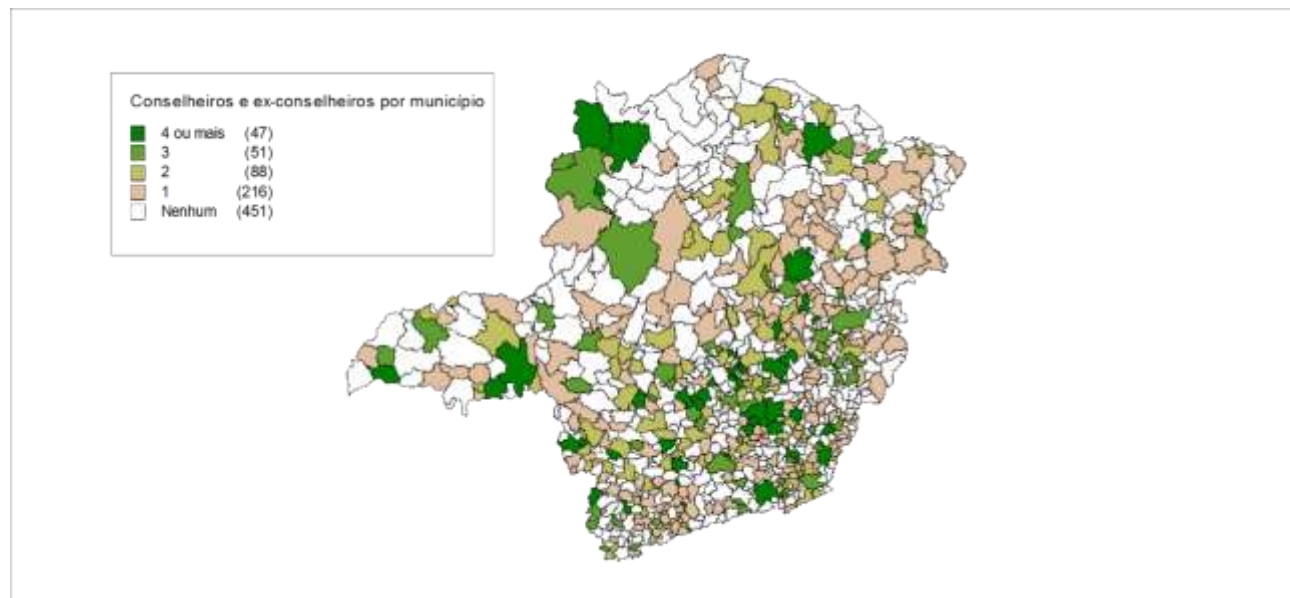
¹ Foram utilizados os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2016, IBGE) por tratar-se da pesquisa publicada mais recente sobre o tema, considerando-se ainda que não identificou-se, nesse intervalo temporal (2016-



sobre o número de conselhos municipais de esportes no país, 567 dos municípios de Minas Gerais possuíam conselhos municipais de esportes. Nesse sentido, a presente pesquisa alcançou 70,9% dos conselhos municipais de esportes situados no estado.

MAPA 1

Distribuição do número geral de conselheiros respondentes por município



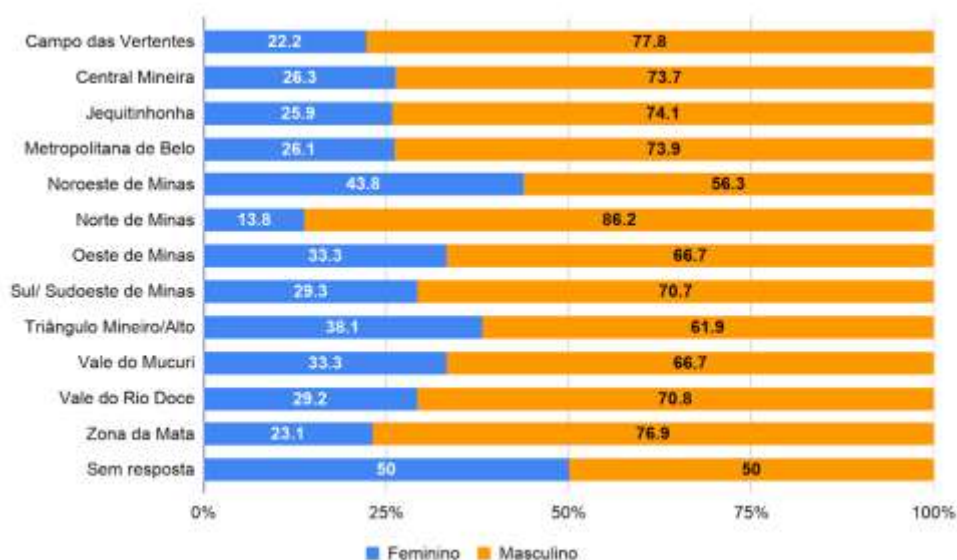
Fonte: Dados da pesquisa

Em continuidade, na interseção entre as variáveis de gênero e região, realizada somente com os dados dos conselheiros ativos, as informações exibidas no Gráfico 1 demonstram semelhanças em relação à distribuição total entre os gêneros, anteriormente apresentada. Ou seja, constatou-se que há predomínio do público masculino para todas as regiões.

No entanto, há um destaque para a região Noroeste de Minas, que apresenta uma distribuição em que o gênero masculino, apesar de predominante (56,3%), em relação ao gênero feminino (43,8%), se comparado à distribuição total e às outras regiões, aponta uma diferença menor.

GRÁFICO 1
dos conselheiros municipais de esportes ativos por gênero segundo a região.
(Em %)

2019), uma mudança expressiva no contexto político que indique uma variação expressiva no número de conselhos municipais de esportes.



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a esse resultado – baixa representatividade das mulheres nos conselhos municipais de esportes – Coelho e Baptista (2009) apontam que as heranças históricas, advindas da idade moderna, configuraram a construção das identidades de homens e mulheres por meio de uma dicotomia entre as esferas pública e privada. Nesse contexto, foi atribuído às mulheres funções próprias do domínio privado, tais como os cuidados com a casa e dos filhos e, aos homens, funções do domínio público, tais como o envolvimento com assuntos políticos e econômicos (COELHO e BAPTISTA, 2009).

Contudo, nas últimas décadas, tanto em um cenário nacional quanto internacional, as mulheres vêm afirmando sua cidadania e firmando-se enquanto sujeitos sociais (BRITO, 2001). Nesse cenário, as mulheres passam a conquistar os mais diversos espaços, tais como os campos de atuação profissional. No entanto, diferentemente desses contextos, no meio das atividades políticas, esse aumento expressivo da inclusão de mulheres brasileiras não ocorreu (COELHO e BAPTISTA, 2009).

Essa baixa representatividade das mulheres nos espaços de atuação política é uma problemática de âmbito nacional e internacional. Ainda segundo Coelho e Baptista (2009) esse foi, inclusive, um dos temas discutidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Nessa Conferência foi ainda recomendada a adoção de cotas mínimas de mulheres nos cargos públicos, eletivos ou não, inclusive no Judiciário.

Nesse sentido, percebe-se que, apesar de se tratar de uma temática amplamente debatida nos últimos anos, a baixa representatividade de mulheres nos espaços políticos aponta para a

carência do desenvolvimento de políticas que, de fato, promova a inclusão desse público nesses ambientes.

Dando seguimento aos demais resultados, tecendo agora uma discussão sobre as informações referentes à cor/raça declaradas pelos respondentes, a Tabela 3 demonstra que há semelhanças entre os valores encontrados para todos os grupos de cor/raça entre os conselheiros ativos e inativos.

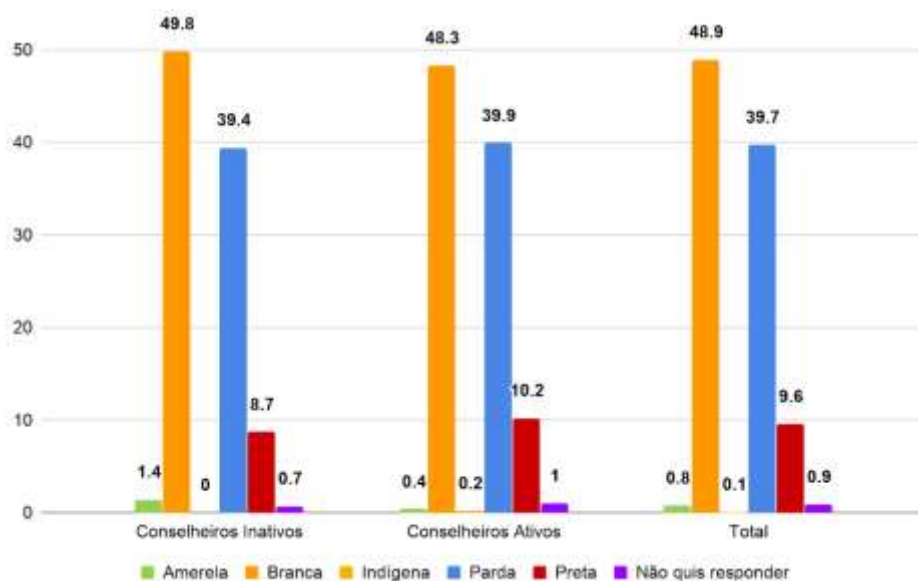
TABELA 3
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes por cor/raça.
(Em %)

Cor/raça	Conselheiros Inativos	Conselheiros ativos	Número Geral
Amarela	1,4	0,4	0,8
Branca	49,8	48,3	48,9
Indígena	0,0	0,2	0,1
Parda	39,4	39,9	39,7
Preta	8,7	10,2	9,6
Não quis responder	0,7	1,0	0,9
Total	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, em uma discussão sobre a análise do número geral, verifica-se que a maioria dos participantes da pesquisa se classificam como da cor/raça branca (48,9%), seguido dos que se classificam como pardos (39,7%), pretos (9,6%), indígenas (0,1%) e amarelas (0,8%). Essas informações também podem ser visualizadas pelo Gráfico 2.

GRÁFICO 2
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes por cor/raça
 (Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

Essa composição dos conselhos em relação à cor/raça declaradas pelos conselheiros está em consonância com os dados apresentados pelo Censo (IBGE, 2010), que apontou que 47,7% da população brasileira se classificaram como brancos, 43,1% como pardos, 7,6% como pretos, 1,1% como amarelos e 0,4% como indígena. Em relação especificamente à população mineira, os dados apresentados pelo Censo são semelhantes em relação à população brasileira, apesar da pesquisa não ter revelado o valor para as cores/raças amarela e indígena: brancos (45,4%), pardos (44,3%) e pretos (9,2%).

Em relação a essa distribuição dos conselheiros segundo a cor/raça vale destacar a importância da consideração dessa variável para as análises dos processos de desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, cabe ressaltar ainda a relevância de se verificar em que medida a questão racial e suas relações com atributos como renda, escolaridade, estão correlacionados com a participação política dos grupos raciais discriminados nas organizações políticas e no ativismo político (BUENO, 2012).

Foram analisadas, ainda, as informações referentes ao nível de escolaridade dos conselheiros e, posteriormente, o nível de escolaridade segundo cor/raça. Sendo assim, *a priori*, tratando-se da escolaridade dos conselheiros ativos à época de forma geral, a Tabela 4 indica que é recorrente os conselheiros que possuem formação até o ensino médio (29,7%), no entanto, o nível de escolaridade com maior destaque é a graduação, com 37,1%. Outro ponto que chama atenção é que mais da

metade desses conselheiros ativos (67,8%) possuem no mínimo a graduação, ou seja, apenas graduação ou graduação e mais alguma pós-graduação.

TABELA 4
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por escolaridade.
(Em%)

Escolaridade	Conselheiros Ativos
Ensino Fundamental	2,4
Ensino Médio	29,7
Graduação	37,1
Especialização	26,9
Mestrado	3,0
Doutorado	0,8
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa

Em uma análise preliminar entende-se que essa seria uma característica positiva em relação ao perfil desses conselheiros, pois infere-se que os sujeitos com um nível de escolaridade maior estariam mais capacitados para sua atuação. No entanto, é preciso também considerar que os indivíduos que não possuem um nível elevado de educação formal podem, em contrapartida, possuir uma formação adquirida por meio de experiências e sabedorias locais que os tornam aptos a desenvolver discussões que são relevantes para determinada comunidade local (RAMOS *et al.*, 2012). Nesse sentido, compreende-se que são necessários novos estudos com análises mais aprofundadas que investiguem a relação da escolaridade desses sujeitos com a sua atuação enquanto conselheiros municipais de esportes.

Analisando agora os dados da interseção das variáveis escolaridade e cor/raça, as informações apresentadas na Tabela 5 revelam os resultados entre os conselheiros ativos. Observa-se que, entre as pessoas que se classificam como brancas, há um maior número de respondentes com graduação (37,2%), seguido de pessoas com especialização (33,5%) e com ensino médio (22,7%). Já em relação às pessoas que se classificam como pardas o número maior também é em relação às pessoas com graduação (36%), todavia a segunda e a terceira posição foi invertida em relação às pessoas brancas, sendo que 33,5% dos entrevistados possuem o ensino médio e 23,5% especialização. No caso das pessoas que se declaram pretas, diferente dos brancos e pardos, o maior número, quase a metade

dos sujeitos, é de pessoas com formação até o ensino médio (49,0%), seguido das pessoas com graduação (39,2%) e com especialização (11,8%).

TABELA 5
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por escolaridade segundo raça/cor
(Em %)

Cor/Raça	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Mestrado	Doutorado	Especialização	Total
Amarela/Oriental	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100
Branca	2,9	22,7	37,2	2,9	0,8	33,5	100
Indígena	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100
Parda	2,5	33,5	36,0	3,5	1,0	23,5	100
Preta	0,0	49,0	39,2	0,0	0,0	11,8	100
Não quis Responder	0,0	20,0	40,0	20,0	0,0	20,0	100
Total	2,4	29,7	37,1	3,0	0,8	27,0	100

Fonte: Dados da pesquisa

Em uma outra análise, pode-se dizer que entre os respondentes que se declaram como brancos, 70,7% possuem, no mínimo, a graduação. Entre os que se classificam como pardos, essa porcentagem cai para 59,5% e, entre os que declaram pretos, o decréscimo é ainda maior (51%). No que diz respeito às pós-graduações de mestrado e doutorado, a pesquisa apontou um número baixo de conselheiros que apresentam essa formação. No entanto, vale ressaltar que essas formações somente aparecem entre as pessoas que se classificam como brancas ou pardas. Quanto aos indivíduos que se declaram amarelos e indígenas, o número de respondentes para esses grupos também é muito baixo para uma possível discussão.

Esse achado que indica que há um maior nível de escolaridade entre as pessoas brancas, em comparação às pardas e pretas, pode ser considerado um retrato da realidade social do país. Dados da PNAD (2018) apontaram que, entre as pessoas com 25 anos ou mais de idade, aquelas sem instrução e fundamental incompleto ou equivalente são 33,6% brancas e 47,4% pardas ou pretas. Entre as que possuem fundamental completo e médio incompleto ou equivalente 12% são brancas e 13,8% pardas ou pretas. Em relação ao nível de escolaridade médio completo ou equivalente e superior incompleto, 31,5% são brancas e 29,6% pardas ou pretas. Por fim, a maior diferença ocorre para a formação de superior completo, em que 22,9% são brancas e 9,3% pardas ou pretas.

Outra interseção realizada para investigação em relação à escolaridade foi o cruzamento com a variável “gênero” entre os conselheiros ativos. A Tabela 6 revela que, de forma geral, a

porcentagem de mulheres que possuem no mínimo a graduação (81,5%) é maior se comparada aos homens (62,5%). Identificou-se, ainda, que a porcentagem de pessoas do gênero masculino com graduação, mestrado e especialização é inferior à porcentagem de pessoas do gênero feminino com as respectivas formações. Em contrapartida, o público feminino possui uma porcentagem menor nas escolaridades ensino fundamental e ensino médio, em relação ao público masculino.

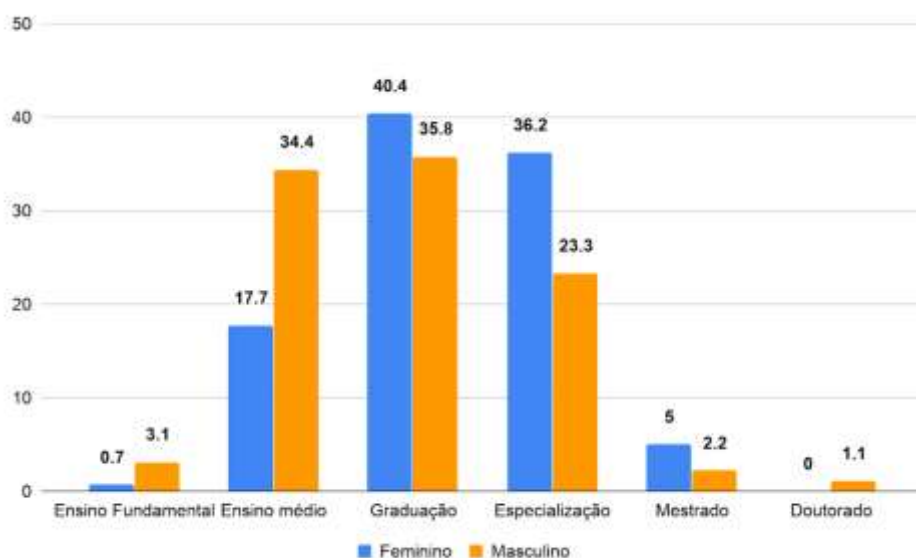
No entanto, cabe ressaltar que em relação ao público de pessoas com doutorado, só há conselheiros com essa formação entre as pessoas do gênero masculino (1,1%). Todavia, o total de pessoas com essa formação representa somente 0,8% do total da amostra. Os dados referentes a essas informações também podem ser visualizados a partir do Gráfico 3.

TABELA 6
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por escolaridade segundo gênero
 (Em %)

Gênero	Ensino Fundamental	Ensino médio	Graduação	Mestrado	Doutorado	Especialização	Total
Feminino	0,7	17,7	40,4	5,0	0,0	36,2	100
Masculino	3,1	34,4	35,8	2,2	1,1	23,3	100
Total	2,4	29,7	37,1	3,0	0,8	27,0	100

Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 3
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por escolaridade segundo gênero.
 (Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre esse nível de escolaridade superior das conselheiras em relação aos conselheiros, pode-se afirmar que este é um dado que coloca em questão os resultados sobre a baixa participação das mulheres nos conselhos municipais de esportes. Nesse sentido, é possível a realização de um paralelo com a discussão realizada por Bruschini (2007), que apontou que a expansão da escolaridade das brasileiras foi um fator determinante para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. O autor ainda trouxe à discussão os dados da PNAD (2005) que confirmam a escolaridade mais elevada entre as trabalhadoras brasileiras em relação aos trabalhadores brasileiros.

Nesse ponto, também é válida a discussão realizada por Costa (2016, p.187), que afirma que

Passamos de uma sociedade que legava aos homens o direito ao estudo para uma sociedade em que as mulheres são as mais letradas; de uma sociedade em que cabiam às mulheres os assuntos domésticos para uma sociedade cujo mercado de trabalho as incorporou maciçamente. Contudo, permanece tímida a participação política feminina em cargos eletivos e em cargos de indicação política.

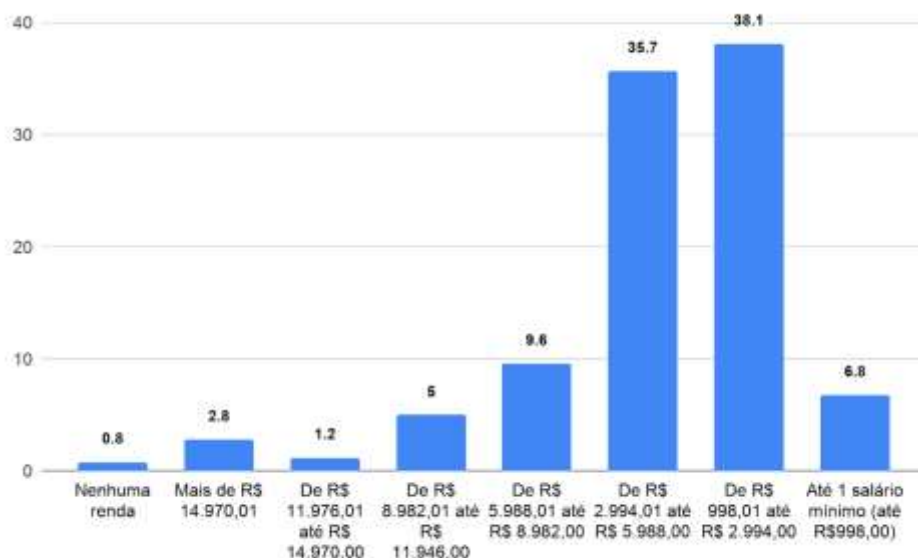
Nesse contexto, o autor explica que, no passado, acreditava-se que a educação seria a chave para a emancipação das mulheres. Para isso, foram realizados diversos esforços internacionais de enfrentamento às questões de desigualdade de gênero, que enfatizaram o processo de educação do público feminino como condutor à esfera pública, de maneira a equipará-lo com o público masculino (COSTA, 2016). No entanto, ao menos no que diz respeito à esfera política, o autor afirma que há persistência da desigualdade na distribuição dos postos políticos entre homens e mulheres, o que sugere uma permanência de outros fatores estruturais para além dos níveis educacionais, impedindo uma maior presença das mulheres na esfera política.

Tratando agora os dados relativos à renda mensal, a pesquisa investigou essa informação em relação à amostra total de conselheiros ativos e, em sequência, realizou uma interseção com a variável cor/raça. Sendo assim, o Gráfico 4 apresenta que as rendas mensais mais recorrentes entre o total de conselheiros ativos são de R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00 (38,1%) e também de R\$ R\$ 2.994,00 até R\$5.988,00 (35,7%). Dessa forma, percebe-se uma concentração de indivíduos com renda mensal entre R\$998,01 até R\$5.988,00 (73,8%).

Tecendo uma relação entre a renda e a cor/raça dos conselheiros, a Tabela 7 aponta que as pessoas que se classificam como brancas, de modo geral, possuem uma renda mais alta. Isso porque, apesar de ambos os três grupos de cores/raças estarem concentrados na renda mensal média entre R\$998,01 até R\$5.988,00, quando analisados os dados dos que estão acima e também dos que estão abaixo dessa média, verifica-se que há diferença nos valores entre os grupos. Aqueles que possuem renda mensal acima de R\$5.988,00 correspondem a 9,8% dos que se declaram pretos, 17,5% dos

pardos e 22,4% dos brancos. Já aqueles que possuem renda abaixo de R\$998,01 equivalem a 15,7% dos que se declaram pretos, 8,5% dos pardos e 4,9% dos brancos.

GRÁFICO 4
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por renda mensal.
 (Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 7
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por renda segundo cor/raça.
 (Em %)

Cor/raça	Até 1 salário mínimo (até R\$998,00)	De R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00	De R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00	De R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00	De R\$ 8.982,01 até R\$ 11.946,00	De R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00	Mais de R\$ 14.970,01	Nenhuma renda	Total
Branca	3,7	34,3	39,7	11,2	3,7	1,7	4,6	1,2	100
Parda	8,5	42,5	31,5	8	7,5	1	1	0	100
Preta	15,7	43,1	31,4	7,8	2	0	0	0	100
Total	6,8	38,1	35,7	9,6	5,0	1,2	2,8	0,8	100

Fonte: Dados da pesquisa

A renda mais alta entre os conselheiros brancos reflete, em um contexto geral, características das disparidades sociais advindas da sociedade brasileira. Conforme apresentado pelo IBGE (2018) no relatório intitulado “Síntese de Indicadores Sociais 2018”, enquanto o rendimento médio mensal

das pessoas ocupadas da cor/raça branca é de R\$2.615,00, em relação as pessoas pretas ou pardas esse rendimento cai para R\$1.516,00.

Em continuidade, a pesquisa também possibilitou uma análise sobre a faixa etária dos conselheiros. Quando analisada a Tabela 8, o que se percebe é que há um maior número de conselheiros com idade de 31 a 40 anos (41,5%), seguido daqueles que possuem de 41 a 50 anos (25,1%). É possível afirmar que esses são números altos, quando analisados os dados da PNAD (2018, IBGE) em relação a população adulta do estado, ou seja, aqueles com idade superior a 18 anos de idade. Isso porque, segundo essa pesquisa, a população mineira de 30 a 39 anos era de 21,2% e a população de 40 a 49 anos era de 18,1%.

Em contrapartida, em relação ao grupo de conselheiros que possui de 51 a 60 anos (11,4%), os dados demonstraram que há uma queda na participação dessa população, uma vez que a PNAD (2018, IBGE) apresenta uma porcentagem de 15,8% de pessoas de 50 a 59 anos. Essa queda é ainda maior quando analisada a população de conselheiros com mais de 60 anos, que representa apenas 2,6% da amostra, enquanto a PNAD (2018, IBGE) indica que a população mineira para essa faixa etária é de 19,9%. Por fim, constata-se também a baixa representatividade de participantes com até 30 anos (19,4%), dado que a população mineira de 18 a 29 anos, ainda segundo a PNAD (2018, IBGE), é de 25,0%.

TABELA 8
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por faixa etária.
(Em %)

Faixa etária	Conselheiros Ativos
até 20 anos	0,8
de 21 a 30 anos	18,6
de 31 a 40 anos	41,5
de 41 a 50 anos	25,1
de 51 a 60 anos	11,4
mais de 60 anos	2,6
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre essa discussão é importante destacar os dados referentes a participação dos jovens, considerados pelo Estatuto da Juventude, como o grupo de pessoas que possuem entre 15 e 29 anos de idade. De acordo com o documento intitulado “Direitos da juventude: subsídios para o debate”, o Estatuto da Juventude trata o tema da participação diretamente relacionado a outros direitos.



Ainda segundo esse documento o direito à participação também está descrito no Sistema Nacional de Juventude (BRASIL, 2015).

No que diz respeito à participação dos jovens em outros conselhos setoriais, o documento enfatiza a importância de sua ampliação, de forma que as políticas de juventude sejam também abordadas nesses espaços. Nesse ponto, o documento traz a reflexão sobre a necessidade de transversalizar a participação da juventude nos diversos conselhos:

Transversalizar a participação dos/as jovens nos diversos conselhos, em articulação com o Conselho Nacional de Juventude, e também nas conferências. É urgente que as diferentes esferas de participação relacionadas a diferentes políticas setoriais dialoguem entre si e contemplem a participação juvenil (BRASIL, 2015, p.21).

Nesse sentido, no que diz respeito a juventude, os conselhos e conferências são as áreas mais relevantes para participação desse público, no entanto, “é visível que a juventude clama por mais diálogo e maior participação nos campos de formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas que atendam os seus interesses mais específicos” (SILVA e MACEDO, 2016, p. 25).

Outro ponto importante para o debate é em relação à baixa participação de pessoas idosas. Bernardes (2007) ressaltou o fato de a longevidade ser uma realidade e que, conseqüentemente, o desafio sobre a valorização da pessoa idosa é uma questão que interessa a toda sociedade. No entanto, a autora ressalta em seu texto que essa valorização não se trata somente do valor afetivo culturalmente constituído em nossa sociedade, mas sim de um valor que ultrapasse o campo afetivo e reconheça a importância desses indivíduos na sociedade. Nesse sentido, Bernardes (2007) indica que os idosos devem estar presentes nos conselhos de representação, com o objetivo de terem seu papel social reconhecido.

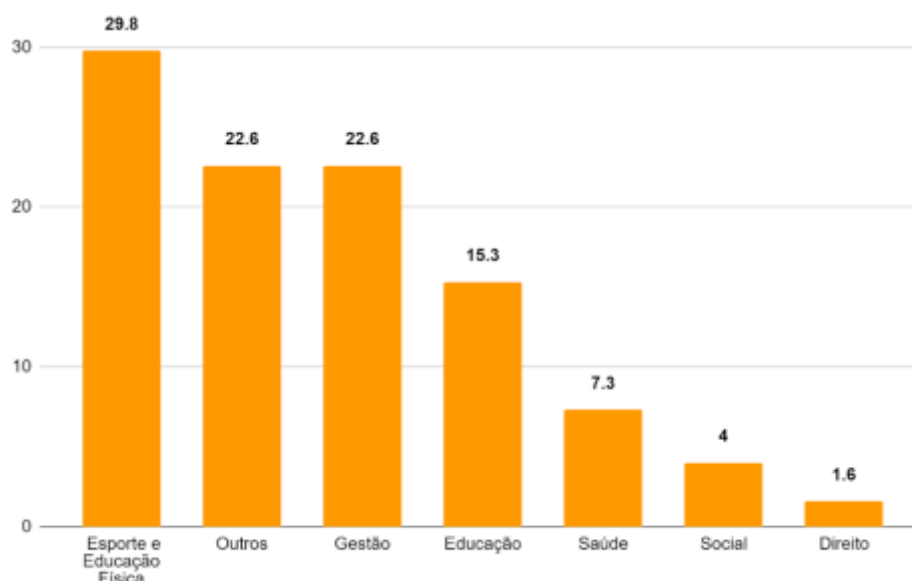
Vale ainda destacar que o Artigo 10 do Estatuto do Idoso indica que “é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. O texto ainda destaca no § 5º do referido Artigo a participação dos idosos na vida familiar e comunitária e no § 6º a participação na vida política, na forma da lei. Nessa perspectiva, é importante que a representatividade da pessoa idosa dentro desses espaços seja pensada pelo poder público, para que as políticas públicas voltadas para essa população não sejam somente focadas na sobrevivência dos indivíduos, mas sim em uma vida com qualidade, em que esses sujeitos sejam ativos e participativos dentro da comunidade em que estão inseridos.

Em continuidade, após análise das questões fechadas foram também analisadas as questões abertas relacionadas ao perfil dos conselheiros, nas temáticas: i) atuação profissional; ii) área de ocupação; iii) área de estudo atual; e iv) área de pós-graduação dos conselheiros ativos.

É importante destacar que essas respostas passaram por um processo de categorização para posterior apresentação em forma de Tabelas e Gráficos. Além disso, vale ainda ressaltar que essas questões, além de abertas, eram também optativas. Essas características geraram duas especificidades em relação aos dados seguintes: 1) as questões vazias foram desconsideradas para os cálculos; 2) para a mesma questão o respondente poderia dar mais de uma resposta e, todas elas, foram consideradas.

Posto isso, em relação à área de estudo atual dos conselheiros ativos, conforme demonstrado pelo Gráfico 5, a pesquisa apontou que as temáticas mais recorrentes entre os respondentes é a de Esporte e Educação Física (29,8%), seguida da área da Gestão (22,6%) e na categoria “Outros” (22,6%).

GRÁFICO 5
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por área de estudo atual.
(Em %)

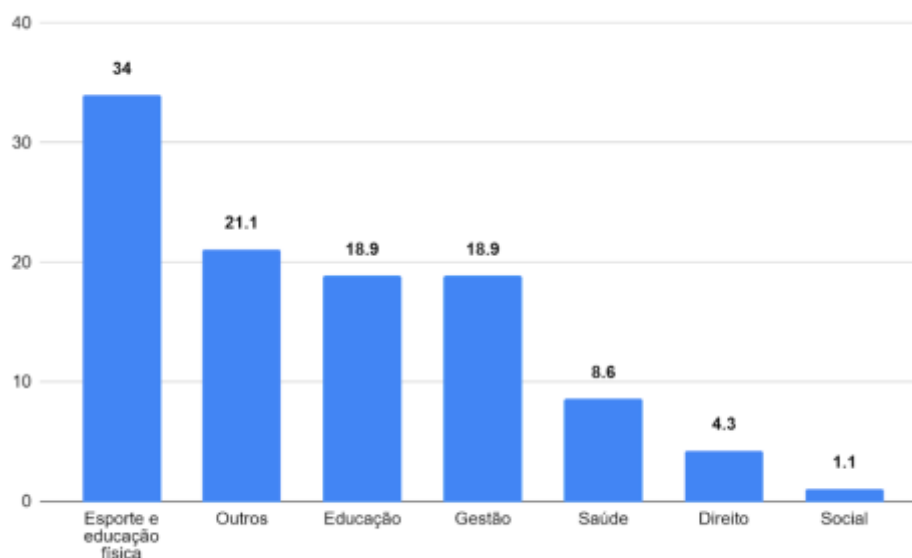


Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 6 indica que há uma semelhança na distribuição das temáticas das áreas de estudo atual com a distribuição das temáticas de estudos de pós-graduação, realizados pelos conselheiros ativos. Em relação a área do Esporte e Educação Física, ela foi igualmente a resposta com maior

destaque (34%) entre as áreas na pós-graduação. Também foi recorrente a resposta Gestão e Educação com 18,9% das respostas e a opção “Outros” (21,1%).

GRÁFICO 6
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por área de pós-graduação.
(Em %)

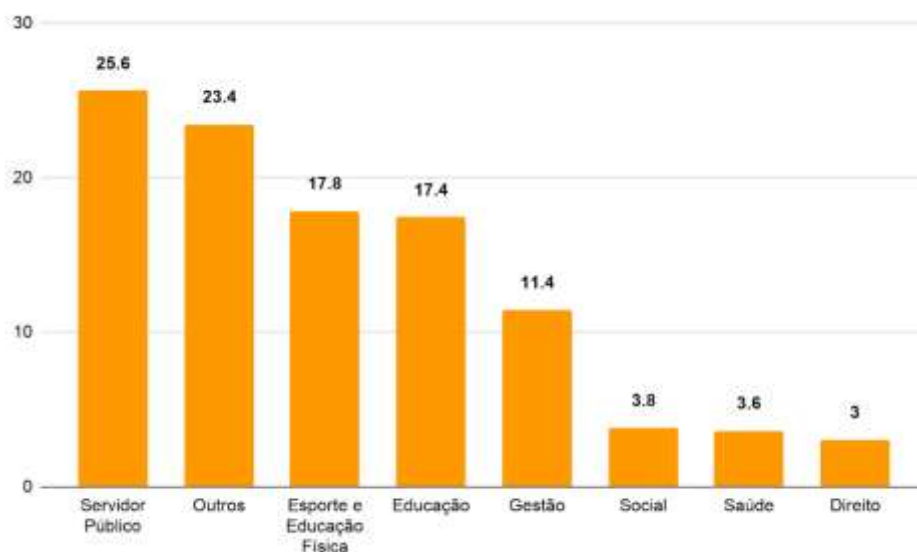


Fonte: Dados da pesquisa

Na análise dos dados do Gráfico 7, relativos à atuação profissional dos conselheiros, as respostas mais recorrentes referem-se aos cargos de Servidor Público (25,6%), seguida, novamente, da categoria “Outros” (23,4%). A terceira resposta que mais aparece é aquela mais associada à atuação na área do Esporte e da Educação Física (17,8%), seguida dos que revelam atuar na área da Educação (17,4%) na área da Gestão (11,4%), na área Social (3,8%), na área da Saúde (3,6%) e na área do Direito (3,0%).

GRÁFICO 7

Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por área de atuação profissional.
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

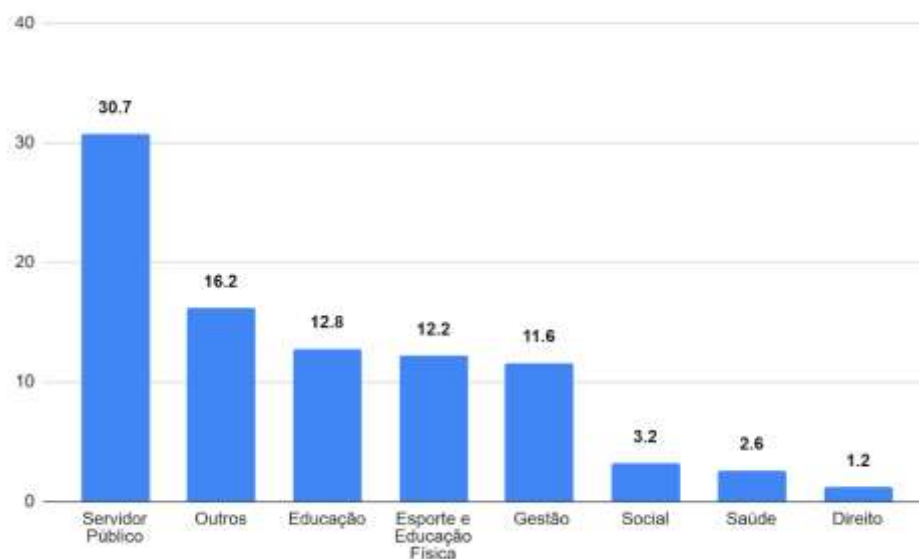
Quando perguntado sobre a ocupação, ou seja, o cargo que exercem em seu local de trabalho, assim como na área de atuação profissional, conforme exposto pelo Gráfico 8, as ocupações mais frequentes foram Servidor Público (30,7%), seguido da área da Educação (12,8%) e da área do Esporte e da Educação Física (12,2%).

De forma geral, percebe-se que há dentro dos conselhos municipais de esportes de Minas Gerais significativa participação de pessoas envolvidas profissionalmente e academicamente com as áreas do Esporte, da Educação Física e da Educação, provavelmente pela temática de discussão desses órgãos. Além disso, a pesquisa também apontou grande participação de pessoas envolvidas com a gestão, possivelmente pela característica de constituição desses instrumentos que sugerem a participação de membros da sociedade civil e do poder público.

GRÁFICO 8

Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por área de ocupação.

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

Outro ponto que vale destacar é em relação às porcentagens, significativas, para a categoria “Outros”, em todas as perguntas relacionadas à atuação profissional e área de formação desses conselheiros. Esse dado aponta que há nos conselhos municipais de esportes mineiros a representação de sujeitos de variadas áreas de atuação e do conhecimento, o que pode indicar que esses são espaços políticos que proporcionem a discussão sobre esporte e lazer sob uma visão interdisciplinar.

CAPÍTULO 2 - REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES

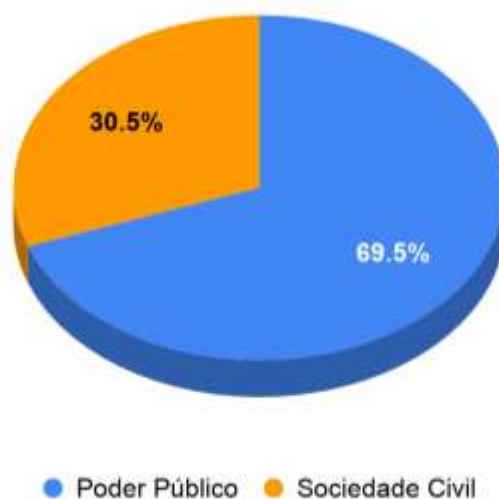
De acordo com Lavallo, Houtzager e Castello (2006) pode parecer algo óbvio que a discussão sobre a representação política deveria proporcionar a construção de pensamentos críticos para o desenvolvimento da democracia e, assim, possibilitar um amplo debate sobre o aperfeiçoamento desse regimento político. No entanto, conforme apontado pelos autores, as literaturas pouco propiciam esses espaços de reflexão sobre a representatividade exercida, principalmente, no que diz respeito aos atores da sociedade civil.

Nesse sentido, esse capítulo procura, através da apresentação dos dados extraídos dos questionários, apontar possíveis características em relação à representatividade dos conselheiros e conselheiras municipais de esportes de Minas Gerais. A análise dessas informações permite a melhor compreensão sobre o lugar dos atores públicos e da sociedade civil dentro desse contexto que,

conforme apontado anteriormente, sugere o aperfeiçoamento do nosso modelo democrático de exercer política.

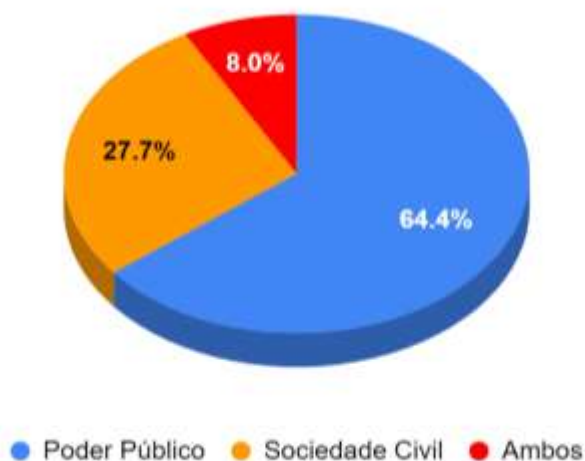
Para início dessa discussão, será apresentado o resultado sobre a distribuição dos conselheiros por setor de representação, entre sociedade civil e poder público. Conforme demonstrado nos Gráficos 9 e 10, entre os conselheiros ativos, 69,5% representam o poder público e 30,5% a sociedade civil. Em relação aos conselheiros inativos a mesma pergunta foi realizada, no entanto, acresceu-se a opção de o indivíduo ter representado ambos os setores. Para esse grupo 64,4% dizem ter atuado pelo poder público, 27,7% pela sociedade civil e 8,0% por ambos os setores.

GRÁFICO 9
Distribuição dos conselheiros municipais de esporte ativos por setor de representação
(Em%)



Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 10
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes inativos por setor de representação
(Em%)



Fonte: Dados da pesquisa

Entende-se que esses dados precisam ser amplamente discutidos pelo poder público. Isso porque, assim como apontado por Cruz (2000) a paridade é proposta com o objetivo de se criar um espaço plural formado por diversas representações, com o objetivo de discutir, propor e avaliar as políticas sociais. Nesse sentido, entende-se que há necessidade de um olhar cuidadoso a essa questão sobre a representação do poder público e da sociedade civil nos conselhos municipais de esportes, visto que a essência de um conselho deveria ser a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas.

Dando sequência, as informações sobre setor de representação foram também investigadas através do cruzamento com a variável cor/raça e estão apresentadas na Tabela 9. Em relação aos conselheiros ativos, entre os grupos que constituem a grande maioria da amostra (brancos, pardos e pretos), o único grupo com mais representantes da sociedade civil é o que se classificou como da cor/raça preta. Em contrapartida, tanto aqueles que se classificaram como brancos, quanto os que se classificaram como pardos, possuem mais representantes do poder público.

TABELA 9
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes por setor de representação segundo cor/raça.
(Em %)

Cor/Raça	Conselheiros ativos		Conselheiros Inativos		
	Poder Público	Sociedade Civil	Poder Público	Sociedade Civil	Ambos Setores
Amarela/Oriental	0,3	0,7	1,6	1,3	0,0
Branca	50,3	43,8	48,4	53,8	47,8
Parda	40,5	38,6	40,9	36,3	39,1
Preta	7,8	15,7	9,1	6,3	13,0
Indígena	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Não quis responder	0,9	1,3	0,0	2,5	0,0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Já em relação aos conselheiros inativos, entre as pessoas que se classificaram brancas, diferente dos conselheiros ativos, há um número maior de pessoas que atuaram enquanto sociedade civil. Quanto aos que declararam ser pardos ou pretos, a maior parcela desses grupos representava o poder público. Dessa forma, de início, identifica-se a inexistência de uma relação direta do setor de representação dos conselheiros com a sua raça/cor.

Outra variável analisada com interseção ao setor de representação foi a renda. Os dados expostos pela Tabela 10 demonstram que as distribuições entre os setores, em relação às faixas de renda mensal, são semelhantes para a maioria das classificações. Ou seja, não há predominância de representantes da sociedade civil ou do setor público em nenhuma das faixas de renda investigadas.

TABELA 10
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos por setor de representação de acordo com renda mensal
 (Em %)

Renda	Poder Público	Sociedade Civil	Total
Até 1 salário mínimo (até R\$998,00)	6,3	7,8	6,8
De R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00	38,5	37,3	38,1
De R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00	37,4	32,0	35,7
De R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00	9,5	9,8	9,6
De R\$ 8.982,01 até R\$ 11.946,00	4,6	5,9	5,0
De R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00	1,2	1,3	1,2
Mais de R\$ 14.970,01	2,0	4,6	2,8
Nenhuma renda	0,6	1,3	0,8
Total	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito a análise sobre o tempo de atuação dos conselheiros, entende-se que não é cabível uma comparação entre os grupos ativos e inativos, uma vez que os conselheiros ativos são aqueles que ainda estão exercendo o cargo e, portanto, não há como prever o seu tempo de atuação total. Por isso, estão apresentados na Tabela 11, os dados de ambos os grupos, mas a análise foi realizada de forma desassociada.

TABELA 11
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes por tempo de atuação.
 (Em %)

Anos de atuação	Conselheiros Inativos	Conselheiros Ativos
Acima de 4 anos	18,0	8,8
De 2 a 4 anos	49,8	30,9
Menos de 2 anos	26,6	57,3
Não soube responder	5,5	3,0
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Sendo assim, tecendo primeiramente uma discussão sobre o tempo de atuação dos conselheiros inativos, ou seja, aqueles que já tiveram sua atuação concluída, averiguou-se que o período de atuação mais recorrente foi de 2 a 4 anos (49,8%). Em seguida, encontram-se aqueles que atuaram por menos de 2 anos (26,6%) e, em sequência, os que exerceram o cargo por mais de 4 anos (18%). Ademais, 5,5% dos conselheiros não souberam responder sobre o seu tempo de atuação.

Tendo em vista que o tempo de um mandato varia de acordo com a legislação de cada município, que também decide sobre a possibilidade de uma possível recondução, não há como realizar afirmações sobre a reincidência do mandato desses conselheiros. No entanto, os dados indicam para um possível processo de renovação desses conselheiros, visto que, ao mesmo tempo que grande maioria (67,8%) assumiu o cargo durante no mínimo 2 anos, foram poucos aqueles permaneceram por um período muito extenso (mais de 4 anos).

Já em relação aos conselheiros em atuação à época da realização do presente estudo, a grande maioria (57,3%) afirmou atuar a menos de 2 anos, o que indica que nos últimos dois anos houve uma grande inserção de novos conselheiros municipais de esportes no estado. Em contrapartida, somente 8,8% desses conselheiros investigados estão atuando há mais de 4 anos. Em relação aos demais, 30,9% apontaram estar atuando entre o período de 2 a 4 anos e somente 3% não souberam responder.

Para uma outra análise em relação a variável tempo de atuação foi realizada a interseção com a informação sobre a condição em que os sujeitos ocupavam os postos de conselheiros – se eram membros titulares ou suplentes. Nesse sentido, a Tabela 12 - que apresenta os dados desse cruzamento para os respondentes inativos - aponta que há um maior tempo de permanência entre aqueles conselheiros que ocupam a função como conselheiro titular. Essa afirmação pode ser confirmada quando analisadas as porcentagens da opção, relacionada ao tempo de atuação, “Acima de 4 anos”, que foi bem superior entre os que foram apenas membros titulares (20,6%), quando comparado aos que foram apenas membros suplentes (3,1%).

Essa maior permanência entre os conselheiros que atuam como membros titulares é explicada, em hipótese, pelo fato desses serem - em teoria - os atores mais ativos dentro dos conselhos. Essa maior participação poderia ser um incentivo para essa permanência mais prolongada desses sujeitos nesses espaços. Todavia, os dados dessa pesquisa não permitem confirmar tal pressuposto, que admite outras investigações mais específicas.

TABELA 12
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes inativos entre titulares e suplentes segundo o tempo de atuação
 (Em %)

Condição de Ocupação do cargo	Menos de 2 anos	De 2 a 4 anos	Acima de 4 anos	Não sei	Total
Fui apenas membro titular	27,4	50,3	20,6	1,7	100
Fui apenas membro suplente	31,3	56,3	3,1	9,4	100
Fui titular e suplente	21,2	53,0	21,2	4,6	100
Não sei	31,3	18,8	6,3	43,8	100

Fonte: Dados da pesquisa

Na análise da distribuição dos conselheiros ativos sobre a ocupação dos cargos nas condições de conselheiro titular ou suplente, o Gráfico 11 indica que a maioria dos respondentes atuam como membros titulares (69,7%), enquanto 24,2% exercem a função como conselheiro suplente e 6,2% não souberam responder. No caso dos conselheiros inativos, em que se acresceu a opção de o indivíduo ter atuado em ambas as condições, o Gráfico 12 aponta que a maioria das respostas

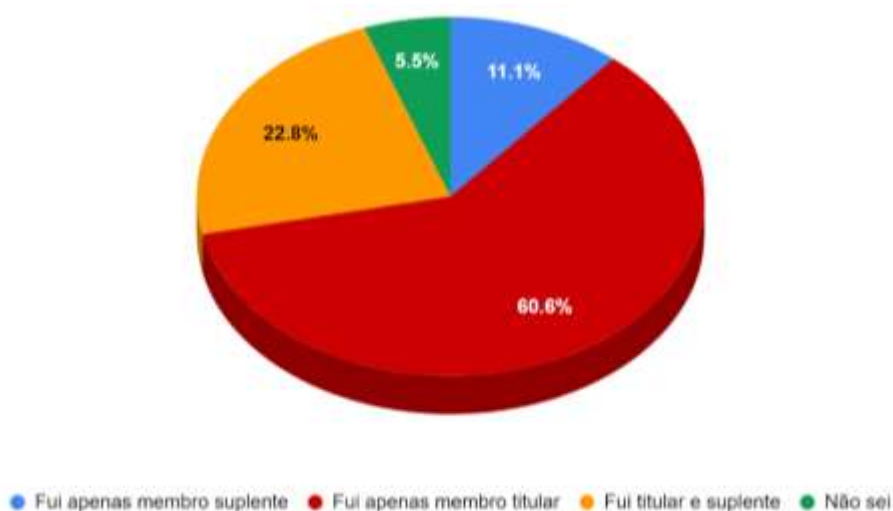
também foi para a opção membro titular (60,6%), seguido dos que responderam que foram titulares e suplentes (22,8%), enquanto 11,1% afirmaram ter atuado somente como suplente e 5,5% não sabiam responder.

GRÁFICO 11
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos entre titulares e suplentes
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 12
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes inativos entre titulares e suplentes
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

De forma geral, verifica-se que os dados entre conselheiros ativos e inativos se aproximam, mesmo com o fato de ter uma opção de resposta a mais para um dos grupos. A informação sobre a maioria dos respondentes dessa pesquisa atuarem ou terem atuado enquanto membros titulares, pode ser considerada um bom indicativo, visto que a atuação de um conselheiro titular é mais contínua e expressiva, o que pode sugerir que há um fortalecimento dos interesses da comunidade esportiva.

Em contrapartida, no que diz respeito a parcela de conselheiros que não souberam responder se atuaram como titular ou suplente, apesar de pequeno em termos percentuais – 5,5% entre os conselheiros inativos e 6,2% entre os ativos – representa um dado preocupante. Isso porque, essa informação levanta a hipótese de que essa parcela dos conselheiros pode estar menos engajada em sua atuação, assim como pode indicar uma fragilidade no processo de acolhimento e orientação desses atores no espaço dos conselhos.

A pesquisa também perguntou aos respondentes se, além de conselheiro, eles exerciam/exercem alguma função na secretaria/diretoria/unidade de esportes da Prefeitura Municipal. Os dados da Tabela 13 apontam que, para ambos os grupos a maioria das respostas foram negativas, totalizando 59,2%, em relação ao número geral. Dessa forma, percebe-se que, apesar dos dados supracitados, apresentados a partir do Gráfico 9 e 10, que apontaram que, a maioria dos respondentes, representam ou representaram o poder público, parte desses conselheiros parecem vir de outros órgãos governamentais, que não do esporte em âmbito municipal.

TABELA 13
Distribuição dos conselheiros que exercem função na secretaria/diretoria/unidade de esportes da Prefeitura Municipal
 (Em %)

Respondentes	Sim	Não	Total
Conselheiros Inativos	43,6	56,4	100
Conselheiros Ativos	39,1	60,9	100
Número Geral	40,8	59,2	100

Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados reforçam a informação, anteriormente apresentada, sobre as áreas de atuação e formação dos conselheiros que indica a representação de indivíduos de áreas diversificadas nos conselhos municipais de esporte de Minas Gerais. Sobre isso, tendo como base o entendimento de que o esporte e o lazer são temáticas interdisciplinares que perpassam outras áreas, tem-se como hipótese que a participação desses sujeitos, com formação e atuação em outros campos do

conhecimento, pode enriquecer as discussões realizadas nos conselhos municipais de esportes. Além disso, esse contexto também pode contribuir para o fortalecimento de diversas políticas transversais debatidas nestes espaços.

CAPÍTULO 3 - AVALIAÇÃO DOS CONSELHEIROS QUANTO ÀS DIFICULDADES E ASPECTOS POSITIVOS DA ATUAÇÃO

Assim como compreender aspectos sobre o perfil socioeconômico dos conselheiros é um importante ponto para a avaliação do funcionamento desses órgãos, entender sobre a percepção dos próprios a respeito das dificuldades e aspectos positivos da atuação deles torna-se um tópico essencial dessa discussão. Essa avaliação pode, portanto, proporcionar o desenvolvimento de ações que possibilitem uma atuação mais efetiva dos membros que compõem esse instrumento de política participativa.

Neste sentido, este capítulo apresenta os dados que caracterizam a atuação dos conselheiros municipais de esportes. É importante ressaltar que as questões referentes a essas informações foram obtidas através de perguntas objetivas em que era possível marcar mais de uma alternativa e, portanto, o número de respostas analisadas foi superior ao número de respondentes. Além disso, em algumas questões foi apresentada a alternativa “Outros” e pedido para que os conselheiros especificassem, sendo assim disponibilizado um campo de escrita (optativo). Nesses casos, os dados gerados, que aqui serão apresentados, são provenientes de análise e categorização.

A começar pelas principais modalidades esportivas pelas quais os conselheiros ativos atuam, é importante ressaltar que o questionário apresentou as setenta e três modalidades olímpicas e paraolímpicas, contudo, a Tabela 14 apresenta as quinze modalidades mais frequentes entre os respondentes. De forma geral, percebe-se que há grande predomínio de profissionais que atuam com as modalidades futebol e futsal. Essa é uma realidade que, de certa forma, reflete o cenário nacional da presença hegemônica dessas modalidades no país. Ainda assim, a pesquisa demonstrou que há grande diversidade nas práticas com as quais os conselheiros atuam, uma vez que das setenta e três modalidades apresentadas, somente dezoito não foram citadas por nenhum dos conselheiros.

TABELA 14
Distribuição dos conselheiros ativos por modalidade que atuam
(Em número absoluto)

Modalidade	Números		
 OBSERVATÓRIO DO ESPORTE	 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	 MINAS GERAIS	 GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Futebol	33,0%
Futsal	24,4%
Atividades recreativas	22,9%
Voleibol	17,3%
Handebol	10,5%
Futebol Society	10,5%
Outros	10,5%
Atletismo	10,0%
Ciclismo	9,9%
Peteca	9,7%
Corrida de rua/caminhada	9,4%
Xadrez	8,1%
Basquetebol	7,5%
Ginástica	6,7%
Natação	6,1%
Capoeira	5,8%

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação às tarefas executadas durante os mandados, a Tabela 15 apresenta as atividades que os conselheiros ativos afirmaram realizar. Observa-se que a opção “Colaboro na elaboração e execução de ações e programas esportivos realizados pela Prefeitura” foi a mais elegida (62,9%) por esses respondentes.

TABELA 15
Distribuição dos Conselheiros Ativos entre as atividades realizam no seu mandato
(Em %)

Atividades	%
Colaboro na elaboração e execução de ações e programas esportivos realizados pela Prefeitura	62,9
Represento minha comunidade/entidade ou o poder público na discussão e promoção de ações e programas esportivos no município	50,9
Atuo no diálogo entre a sociedade civil e a Secretaria Municipal de Esportes	43,5
Avalio e fiscalizo a execução de ações e programas esportivos da Prefeitura	39,1
Atuo na comunicação entre o Conselho Municipal de Esportes e outros conselhos ou organizações sociais	34,9
Não realizo nenhuma das atividades anteriores	6,2
Outros	4,0

Fonte: Dados da pesquisa

Já na Tabela 16 estão demonstrados os dados da mesma pergunta, sobre as atividades realizadas, porém para os conselheiros inativos. Assim como para os conselheiros ativos, a alternativa mais recorrente foi “Colaboro na elaboração e execução de ações e programas esportivos realizados pela Prefeitura” (73%). A opção menos apontada foi novamente a categoria “Outros” (11,4%).

TABELA 16
Distribuição dos Conselheiros Inativos entre as atividades realizadas no seu mandato
 (Em %)

Atividades	%
Colaborei na elaboração e execução de ações e programas esportivos realizados pela Prefeitura	73,0
Representei minha comunidade/entidade ou o poder público na discussão e promoção de ações e programas esportivos no município	56,4
Avaliei e fiscalizei a execução de ações e programas esportivos da Prefeitura	50,9
Atuei no diálogo entre a sociedade civil e a Secretaria Municipal de Esportes	50,9
Atei na comunicação entre o Conselho Municipal de Esportes e outros conselhos ou organizações sociais	40,5
Outros	11,4

Fonte: Dados da pesquisa

De forma geral, destaca-se como ponto positivo a alternativa “Não realizo nenhuma das atividades anteriores” ter sido pouco recorrente entre os conselheiros ativos, o que pode indicar uma participação assídua desses sujeitos. Vale também ressaltar que, apesar da alternativa “Colaboro na elaboração e execução de ações e programas esportivos realizados pela Prefeitura” ter sido a mais expressiva em ambos os casos, as demais alternativas também foram bastante recorrentes, conforme pode ser apreciado pelas Tabelas 15 e 16. Esse resultado, indica que apesar de uma ênfase na atividade elaborar e executar ações e programas esportivos, esses conselhos também estão inseridos em outras ações que também são essenciais para contribuir com o desenvolvimento da política esportiva dos municípios.

Em relação às respostas dadas na opção “Outros”, tanto para os conselheiros ativos, quanto para os inativos, o que mais aparece são questões associadas ao planejamento, execução e divulgação das políticas públicas, projetos e eventos de esporte e lazer no município, tal como exemplificado nas falas transcritas dos questionários abaixo.

“Acompanhei a organização dos Campeonatos Municipais nas diversas modalidades, principalmente, amador masculino, feminino e juvenis”.

“Trabalhei com projetos sociais esportivos que visavam a promoção da saúde e bem estar da população de meu município”.

No que concerne às dificuldades apresentadas pelos conselheiros ativos e inativos, a Tabela 17 aponta que, para ambos os grupos, foi identificada uma maior porcentagem para a resposta que indica que os conselheiros não têm motivos que dificultaram ou dificultam sua ação. No entanto,

essa porcentagem foi maior para os conselheiros ativos (63,9%) do que em relação aos inativos (49,5%).

Em relação às demais alternativas, estão entre aquelas que obtiveram destaque, tanto para conselheiros ativos, quanto para inativos, o sentimento de frustração pelo fato do conselho não contribuir efetivamente para ações e programas esportivos nos municípios, com 13,2% entre os ativos e, em número ainda mais alto, entre os inativos, com 26,6%. Essa informação coloca em questão a compreensão sobre quais seriam os principais obstáculos na gestão desses conselhos, para que os conselheiros entendam que esses órgãos não estão cumprindo o seu papel.

Outra alternativa sobressalente foi a dificuldade em conciliar as atividades de conselheiro de esporte com as atividades profissionais/pessoais, 14,9% entre os inativos e 14,2% entre os ativos. O fato de não ser remunerado pela atividade também foi recorrentemente concebido como dificuldade entre os sujeitos investigados, 14,5% entre os inativos e 13,8% entre os ativos. Por fim, cabe ainda destacar a alternativa que considerava uma dificuldade a falta de recurso financeiro para deslocamento, que foi recorrente entre os inativos (16,6%), mas não tanto entre os ativos (3,8%). Essas alternativas apontadas podem ser uma realidade de todos os conselhos setoriais, visto que o cargo de conselheiro é voluntário.

TABELA 17
Distribuição dos conselheiros entre os motivos que dificultaram/dificultam a sua atuação.
 (Em %)

Dificuldades para a atuação	Conselheiros Inativos	Conselheiros Ativos
Não tive/ Não tenho motivos que dificultaram minha atuação no Conselho	49,5	63,9
Me sentia/ Me sinto frustrado(a) porque o conselho não contribuía efetivamente para as ações e programas esportivos no município	26,6	13,2
Não possuía/ Não possuo recursos financeiros para deslocamento (ex: transporte)	16,6	3,8
Tinha/ Tenho dificuldade em conciliar as atividades de conselheiro(a) de esporte com as minhas atividades profissionais/pessoais	14,9	14,2



Não era/ Não sou remunerado pela atividade	14,5	13,8
Outros	13,5	5,4
Sentia/ Sinto falta de informação/conhecimento sobre os assuntos tratados nas reuniões	11,1	6,4
Considerava/ Considero dia e horário inadequados para as reuniões	9,3	5,6
Considerava/ Considero a periodicidade das reuniões inadequada	9,0	4,6
Não identificava/ Não identifico que os assuntos tratados nas reuniões eram de interesse da comunidade/entidade que represento	5,9	2,2
Considerava/ Considero o local (distância, tempo de percurso e espaço físico) inadequado para as reuniões	3,1	1,6
Considerava/ Considero a duração das reuniões inadequada	1,4	0,4

Fonte: Dados da pesquisa

Também foram analisadas as respostas da alternativa “Outros”. No caso dos conselheiros inativos, observou-se que a maioria delas foram críticas a forma de desenvolvimento das ações do conselho e a outros segmentos do poder público, conforme pode ser observado nas respostas transcritas abaixo.

Entendo que por conflito de interesses que quem ocupa o cargo de Secretário Municipal de Esportes e lazer (indicação política), não deve ser Presidente do Conselho Municipal de Esportes e nem participar da diretoria deste conselho. Podendo apenas ser membro do conselho (conselheiro titular ou suplente). Seria mais adequado.

Faltava uma abertura (convite) para os diversos segmentos esportivos da comunidade fossem ouvidos nas reuniões (audiências) do conselho e que estas demandas trazidas por estes segmentos tivessem acolhimento pela secretaria de esportes e que as informações da tramitação (realização) destas demandas tivessem sido dadas retorno ao conselho.

O secretário da pasta não achava importante a participação do Conselho nas atividades desenvolvidas.

Me sentia frustrada porque as ações do conselho eram direcionadas a cumprir o requisito para participação no ICMS Esportivo. Além da dificuldade de manter os membros, principalmente os representantes do legislativo e sociedade civil, frequentes as reuniões, onde, infelizmente, a importância e o valor do conselho são sub julgados.

O Conselho basicamente tentava referendar as ações desenvolvidas pela Secretaria. As plenárias era mais um espaço para divulgar o que estava sendo realizado ao invés de se avaliar, debater, analisar possíveis soluções de problemas e demandas sociais. Não era possibilitado aos Conselheiros exercer o controle social. Não se criou comissões e basicamente as reuniões apenas eram realizadas para cumprir requisito do ICMS Esportivo.

Já para conselheiros ativos as questões que mais aparecem dizem respeito à dificuldade em relação à falta ou má administração do recurso financeiro, exemplificadas nas respostas seguintes.

Falta investimento por parte do poder público "prefeitura municipal" nas atividades de implementação de um esporte de qualidade para nossa população.

O suporte oferecido pelos órgãos responsáveis pelo financiamento de políticas desportivas atuais não possuem ferramentas efetivas para fomento, incentivo e promoção de práticas esportivas. Especialmente, dificuldades burocráticas para implantação de projetos esportivos e sociais. A falta de infraestrutura faz com que os conselhos de esportes dependam financeiramente dos municípios para o financiamento e disseminação das práticas, perdendo autonomia dada dependência do executivo municipal. Onde a corrente mais comum seria apresentação do projeto para aprovação, liberação dos recursos e prestação de contas.

As respostas dos conselheiros destaques apontadas pelas questões abertas, parecem ter relação com umas das alternativas mais recorrentes apontadas nas questões fechadas, que diz respeito à frustração desses atores em relação a uma percepção de que esses órgãos não contribuem para efetivamente para as ações e programas esportivos nos municípios. Isso porque, percebe-se que há um descontentamento em relação à gestão dessas políticas pelo município.

Outro tópico investigado foi em relação aos pontos positivos identificados na experiência como conselheiros por esses gestores. Conforme apresentado pela Tabela 18, as frequências das respostas à essa questão foram semelhantes entre os conselheiros ativos e inativos para todas as alternativas.

A começar pela alternativa que aponta que o ponto positivo da atuação é/foi contribuir para o desenvolvimento de ações e programas esportivos no município, o resultado deste estudo aponta que essa opção é a mais recorrente: 78,9% para os conselheiros inativos e 78,4% para os ativos. Já a percepção de que a experiência como conselheiro traz como ponto positivo o fato de exercerem sua cidadania é a segunda resposta mais destacada, com 69,5% entre os inativos e 66,9% para os ativos. Por fim, vale ainda ressaltar que a possibilidade de ampliação da experiência profissional também é recorrente, com 49,5% para os inativos e 49,9% entre os ativos. O número de conselheiros que aponta não ter identificado pontos positivos em sua experiência é de 5,2% entre os inativos e 3,8% para os ativos.

TABELA 18
Distribuição dos conselheiros entre os pontos positivos identificados na experiência como conselheiro municipal de esportes
 (Em %)

Pontos positivos na experiência	Conselheiros Inativos	Conselheiros Ativos
Não identifiquei pontos positivos da minha experiência	5,2	3,8
Contribuí para o desenvolvimento de ações e programas esportivos no município	78,9	78,4
Ampliei minha experiência profissional	49,5	49,9

Exerci minha cidadania	69,5	66,9
Outros	6,2	4,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação às questões abertas dadas à alternativa “Outros”, as respostas mais recorrentes foram aquelas em que os conselheiros entendiam como ponto positivo o fato de terem colaborado, de forma benéfica, para o desenvolvimento de ações que contribuem para a promoção do esporte e lazer em seu município, segundo exemplificado nas respostas a seguir.

Pude influenciar o direcionamento das ações e estímulos às práticas físico-desportivas no município e circunvizinhanças.

Fiquei por dentro e pude ajudar no desenvolvimento e divulgação do esporte em minha cidade.

Busco mobilizar outros atores para a importância da política do esporte; contribuo para o desenvolvimento da política de esporte e lazer e não apenas ações ou programas esportivos, embora também sejam importantes.

De forma geral, os conselheiros indicam que o seu trabalho é positivo por gerar resultados benéficos em relação à promoção do esporte para o município que atuam, além de entenderem que sua atuação também contribui para sua formação enquanto cidadão e profissional. No entanto, é necessária a realização de uma ponderação dessas conclusões, uma vez que o resultado da pergunta sobre as dificuldades encontradas por esses gestores indicou a frustração dos conselheiros com o fato do conselho não contribuir efetivamente para as ações e programas esportivos no município com uma das mais recorrentes entre as dificuldades apontadas.

CAPÍTULO 4 – QUALIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES

Além de entender sobre os pontos positivos e as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que cumprem o papel de conselheiros municipais de esportes, a presente pesquisa procurou averiguar sobre o processo de qualificação desses sujeitos.

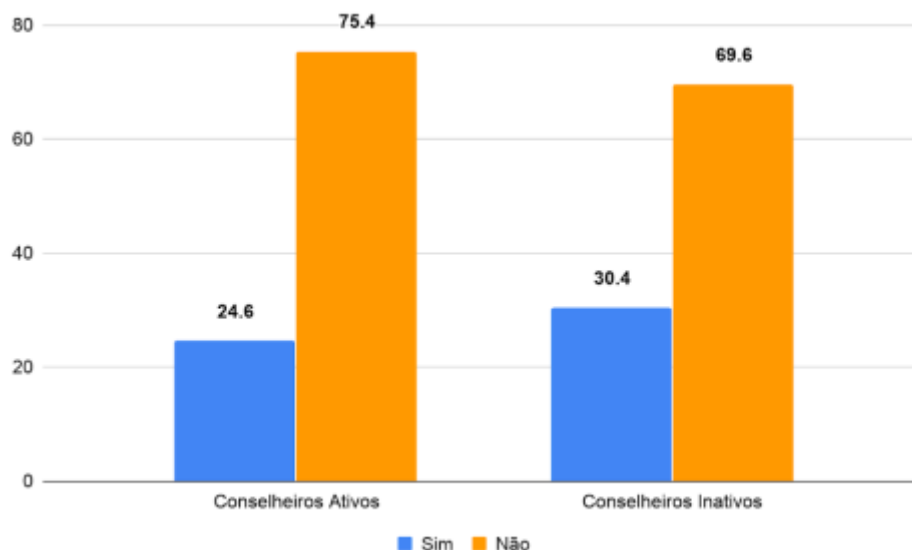
Nesse sentido, este último capítulo discorre sobre a participação dos conselheiros em cursos e eventos de qualificação, além das suas demandas e interesse por esses cursos. O capítulo também apresenta as principais áreas de interesse entre os respondentes e sua disponibilidade de tempo para participação nessas formações.

O primeiro tópico analisado foi sobre a participação dos conselheiros em algum curso ou evento que possa ter contribuído para a sua qualificação. O Gráfico 13, indica que, tanto para os

conselheiros ativos (75,4%), quanto para os inativos (69,6%), a maioria dos respondentes afirmou não ter participado de nenhum curso nesse sentido.

GRÁFICO 13

Distribuição da participação dos conselheiros em algum curso/evento que contribuiu para a sua atuação
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

Para os respondentes que afirmaram ter participado de cursos e/ou eventos, foi solicitado que apontassem “quais” foram esses cursos/eventos, por meio de uma questão aberta. Essas respostas foram analisadas e categorizadas e estão apresentadas na Tabela 19.

TABELA 19

Distribuição dos conselheiros municipais de esportes entre as temáticas de cursos realizados
(Em %)

Categoria	Conselheiros Inativos	Conselheiros Ativos
Seminário ICMS Esportivo e Lei de Incentivo	40,0	46,7
Participação em conferências, seminários, palestras, capacitações com temas não especificados	23,5	10,7
Outros	16,5	13,1
Participação em eventos e projetos esportivos	9,4	16,4
Participação em conferências, congressos, seminários e cursos na área do esporte	10,6	7,4
Qualificação através de outros conselhos/secretarias que não do esporte	0,0	5,7
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa



OBSERVATÓRIO
DO ESPORTE

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINAS
GERAIS

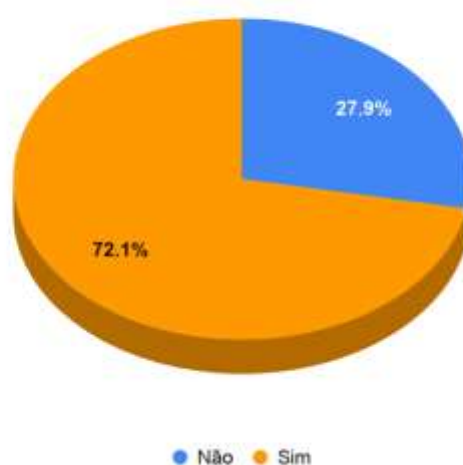
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Esses dados indicam que para ambos os grupos, a participação em “Seminários sobre ICMS Esportivo e Lei de Incentivo” foi o mais recorrente, com 40% dos conselheiros inativos e 46,7% dos ativos. No caso específico dos conselheiros ativos a segunda resposta mais recorrente foi aquela relacionada à “participação, organização e coordenação em/de eventos, projetos, programas e campeonatos esportivos”. Já entre os conselheiros inativos, a segunda categoria em destaque foi a “participação em conferências, seminários, palestras, capacitações e reuniões com temas não especificados”. Essa última categoria trata-se de respostas em que não foram indicadas a área temática específica do curso/evento pelo respondente.

Nesse sentido, o que se percebe é que, de modo geral, mesmo entre aqueles que afirmaram já ter participado de algum curso, na maioria dos casos, tratam-se de eventos pontuais. Além disso, a análise das respostas não possibilitou uma compreensão mais específica sobre a temática propostas por esses eventos.

Outra pergunta realizada em relação à qualificação, dessa vez especificamente para os conselheiros ativos, foi se esses sujeitos se interessavam em realizar algum curso que ampliasse e fortalecesse a sua atuação. O resultado dessa questão está apresentado no Gráfico 14 e demonstra que, a maioria dos respondentes, 72,1%, afirmam ter interesse.

GRÁFICO 14
Distribuição dos conselheiros ativos em relação ao interesse na realização de cursos de qualificação.
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa

Nessa perspectiva, percebe-se que, apesar da maioria dos conselheiros ativos afirmarem não terem participado de nenhum curso para qualificação da sua atuação (75,4%), a maioria também demonstra grande interesse em realizá-los (72,1%). Esse resultado pode indicar inúmeras possibilidades, entre elas a não disponibilização de cursos que cheguem até esse público, a falta de incentivo ou informação por parte do poder público, entre outras possíveis eventualidades, que impedem esses sujeitos de realizarem esse tipo de formação.

Para os casos em que os conselheiros afirmaram ter interesse na realização de cursos, foi novamente solicitado para que os respondentes apontassem “quais” seriam esses cursos. A Tabela 20 apresenta as respostas mais recorrentes sobre essas temáticas de interesse e aponta que os cursos de “Capacitação na área de esportes e/ou de uma modalidade esportiva” e os cursos de “Capacitação para atuação dos conselheiros” são os que mais interessam os respondentes dessa questão. Além disso, os cursos sobre “ICMS Esportivo e Lei de incentivo” são também bastante recorrentes.

TABELA 20
Distribuição dos conselheiros municipais de esportes ativos entre as temáticas de interesse de cursos.
 (Em %)

Categoria dos cursos	%
Outros	18,8
Capacitação na área de esportes e/ou de uma modalidade esportiva em específico	12,8
Capacitação para atuação dos conselheiros	12,2
ICMS Esportivo e Lei de Incentivo	11,6
Administração, gestão e políticas públicas na área do esporte	10,9
Captação e gestão de recursos	8,8
Organização, elaboração e desenvolvimento de projetos e eventos na área do esporte e lazer	7,6
Administração, gestão e políticas públicas (geral)	7,0
Papel e impacto dos conselhos e conselheiros	5,2
Área jurídica e/ou legislação	3,0
Curso superior de educação física	2,1
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre os resultados dessa questão, vale ainda destacar a presença recorrente da categoria “ICMS Esportivo e Lei de Incentivo”, pois ao mesmo tempo que essa é uma temática que mais aparece

entre os cursos realizados, ela também está presente entre as demandas desses conselheiros. Esse dado pode indicar que há grande envolvimento desses conselhos municipais com as políticas esportivas do estado. Em contrapartida, essa informação também pode indicar que as capacitações presenciais oferecidas pelo estado são insuficientes para que os conselheiros adquiram, efetivamente, o conhecimento necessário sobre esses mecanismos.

A pesquisa procurou ainda saber quantas horas semanais esses conselheiros estariam dispostos a se dedicar para as capacitações. A Tabela 21 apresenta que 38,1% afirmam que estariam dispostos a se dedicar 1 ou 2 horas, 24,4% teriam disponibilidade de 3 ou 4 horas, 6,8% teriam como se dedicar 5 ou 6 horas e, 8,6%, mais de 6 horas. Tiveram ainda os conselheiros que responderam que não teriam tempo disponível (18%) e, 4,2% não responderam a essa questão.

Nesse sentido, se percebe que apesar do grande interesse, a disponibilidade desses conselheiros é reduzida. Uma hipótese para essa indisponibilidade está associada ao caráter de trabalho voluntário de quem exerce esse papel de conselheiros. Sendo assim, políticas e ações que pensem a qualificação desse público, devem levar em consideração essa realidade.

TABELA 21
Distribuição dos conselheiros ativos sobre sua disponibilidade para dedicação das capacitações
 (Em %)

Quantidade de horas semanais	%
1 ou 2 horas	38,1
3 ou 4 horas	24,4
5 ou 6 horas	6,8
Mais de 6 horas	8,6
Não tenho tempo disponível	18,0
Não responderam	4,2
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, ainda em relação à temática de qualificação, foi realizado, exclusivamente para os conselheiros inativos, uma pergunta sobre a possível existência de cursos que contribuam para a melhor atuação dos conselheiros municipais de esportes. A Tabela 22 indica que mais da metade dos conselheiros (52,9%) afirmam não saber responder à pergunta, enquanto 39,8% disseram acreditar na existência desses cursos e 5,9% acreditam que não existam. Por fim, 1,4% não responderam à questão.

TABELA 22

Distribuição dos Conselheiros Inativos entre os que acreditam na existência dos cursos

(Em %)

Respostas	%
Não sei	52,9
Sim	39,8
Não	5,9
Não responderam	1,4
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa

No caso das respostas afirmativas, também nessa questão foi questionado “quais” seriam esses cursos que os respondentes acreditam existir. A Tabela 23 apresenta as respostas mais recorrentes e aponta que a temática mais indicada pelos conselheiros inativos foram os cursos para “Capacitação da atuação dos conselheiros”, com 18,7% das respostas. Destaca-se ainda, novamente, a presença da categoria “ICMS Esportivo e Lei de Incentivo”, com 7,9% das respostas. Além disso, apesar da resposta mais recorrente, “Capacitação para atuação dos conselheiros”, possuir um caráter bastante amplo, o que se percebe é uma afirmação por parte dos conselheiros em relação à necessidade da qualificação de atuação desses sujeitos.

Nessa perspectiva, Noronha (2000, p. 85) apontou que a capacitação dos conselheiros “é muito importante e deve voltar-se tanto aos conteúdos específicos de cada setor como também às questões do funcionamento do governo”. Nesse sentido, percebe-se que, tanto à importância dada pelos conselheiros a esses cursos, quanto às temáticas propostas, são pertinentes e merecem devida atenção dos órgãos e gestores responsáveis.

TABELA 23

Distribuição dos conselheiros inativos entre as temáticas que os conselheiros acreditam existir

(Em %)

Categoria de cursos	%
Capacitação para atuação dos conselheiros	18,7
Outros	17,3
Administração, gestão e políticas públicas na área do esporte	10,1
Administração, gestão e políticas públicas	10,1
Captação e gestão de recursos	9,4
ICMS Esportivo e Lei de Incentivo	7,9
Área jurídica e legislação	7,2



Conferências, palestras, seminários, encontros, entre outros.	6,5
Papel e impacto dos conselhos e conselheiros	5,0
Organização, elaboração e desenvolvimento de projetos e eventos na área do esporte e lazer	4,3
Capacitação na área de esportes e/ou de uma modalidade esportiva em específico	3,6
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar o perfil e a atuação dos conselheiros municipais de esporte de Minas Gerais. Este estudo inaugura a nova trajetória do Observatório do Esporte, como órgão institucionalizado da Subsecretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, que possui como um de seus objetivos oferecer subsídios ao Estado e municípios para a formulação, implementação e avaliação das políticas esportivas. Nesse sentido, a principal motivação foi buscar dados que contribuam para decisões mais assertivas em políticas que auxiliem a atuação dos conselheiros municipais de esportes mineiros.

Sendo assim, em um primeiro plano, a apresentação dos dados gerados a partir da pesquisa realizada com os conselheiros municipais de esportes de Minas Gerais permitiu traçar características sobre o perfil desses atores e sua atuação. Com base nos dados sobre o perfil socioeconômico dos conselheiros, foram apontadas informações sobre gênero, região, cor/raça, escolaridade, faixa etária, renda mensal, área de atuação e área de formação desses sujeitos. Entre as informações verificadas, destaca-se, inicialmente a questão do gênero, com grande predominância do grupo masculino.

A literatura indica que, em comparação a outros contextos, essa relação de desigualdade entre homens e mulheres, é ainda mais expressiva dentro de espaços políticos. Essa questão fica ainda mais explícita a partir dos dados das variáveis gênero e escolaridade, que indicam nível de escolaridade superior das mulheres em relação aos homens. Nesse sentido, é urgente que sejam pensadas políticas que contribuam para o aumento da representatividade de mulheres nesses espaços.

A pesquisa também apontou para a importância de fomentar políticas que contribuam com ampliação da participação do público jovem e de pessoas idosas. Isso porque, comparados com a população total desse público apresentada pela PNAD (IBGE, 2018) há uma aderência relativamente

baixa desses grupos na participação desses conselhos, principalmente, se levado em consideração que esses são grupos com especificidades e realidades diversas.

Em relação à escolaridade dos conselheiros foi constatado um alto nível de formação dos sujeitos investigados, o que, em uma primeira hipótese, poderia indicar uma maior capacidade na atuação desses indivíduos como conselheiros. No entanto, é necessário destacar a necessidade de novos estudos que investiguem essa relação, da formação em relação a atuação. Isso porque, para além da educação formal, outros saberes e experiências de sujeitos ativos em sua relação com as políticas da sua comunidade também podem ser consideradas relevantes nas discussões sobre o desenvolvimento das ações dos conselhos.

No que diz respeito a formação e atuação profissional dos conselheiros a pesquisa indicou que a maioria dos conselheiros está envolvida, tanto em sua formação, quanto em sua atuação, principalmente, com as áreas do esporte e da educação física, da educação e da gestão. No entanto, um ponto que chama atenção é a porcentagem significativa para a categoria “Outros” em todas as questões que envolviam a formação e atuação desses sujeitos. Isso sugere que os espaços dos conselhos são interdisciplinares. No entanto, recomenda-se a realização de novas pesquisas, que possam identificar se, na prática, a presença desses atores de diversas formações e atuações, proporcionam um debate interdisciplinar dentro desses órgãos. Além disso, esses estudos também poderiam investigar sobre qual seria a motivação desses sujeitos de outras áreas estarem ocupando esses espaços dentro dos conselhos municipais de esportes.

Em relação as informações sobre a representatividade dos conselheiros, o ponto de destaque dessa discussão foi a marcante presença de membros representantes do poder público, encontrados a partir dos dados dos questionários aplicados. Esse achado corroborou com os dados apresentados pela pesquisa do Munic (IBGE,2016), que apontou que a maioria dos conselhos municipais de esportes mineiros, quando não paritários, possuem uma maior representação governamental. No entanto, a realidade em relação aos conselhos brasileiros é contrária. Ou seja, quando não paritários, há maior número de conselhos com representantes da sociedade civil.

Sendo assim, tendo em vista que Minas Gerais é o estado com maior número de conselhos municipais de esportes do país, é premente a realização de novas pesquisas, visto a contradição deste resultado, em relação ao propósito desses órgãos, em que se pressupõe o aumento da participação social. É importante um aprofundamento sobre o tema, assim como é preciso a atenção das entidades governamentais responsáveis em relação a essa problemática.

Sobre temática da avaliação dos conselheiros sobre sua atuação, muitos conselheiros apontaram que uma das maiores dificuldades que enfrentam é a sua frustração em relação a uma

percepção de que os conselhos não contribuem efetivamente com as ações e programas esportivos nos municípios. Essa questão é ainda reforçada a partir da análise das questões abertas que tratam sobre essas dificuldades apontadas pelos respondentes da pesquisa, em que foi notada a insatisfação com os processos de gestão das políticas públicas esportivas dos municípios.

Tratando-se da temática “qualificação”, destaca-se que, ainda que se identifique baixo número de conselheiros que já realizaram algum tipo de curso para a qualificação da sua atuação, foi também constatado grande interesse desses sujeitos em participar desse tipo de formação. Uma hipótese para essa baixa participação em cursos é o caráter voluntário da atuação do conselheiro, o que ocasionaria em uma baixa disponibilidade de tempo desses sujeitos para participação nessas atividades. Essa indisponibilidade foi, inclusive, identificada na questão sobre o tempo disponível desses conselheiros para participação em cursos. Nesse sentido, reforça-se que as políticas que pretendam ter como objetivo contribuir para o processo de formação desses atores, levem em consideração as especificidades deste público.

Por fim, conforme mencionado anteriormente, ressalta-se que a temática dessa pesquisa ainda é emergente e, por isso, trata-se de uma iniciativa desafiadora. Esse estudo não teve como objetivo uma discussão densa dos dados, mas sim a exposição e um debate inicial dessas informações, que podem instigar posteriores estudos e análises mais detalhadas de aspectos específicos. No entanto, acredita-se que os resultados desta pesquisa possuem potencial para subsidiar o desenvolvimento de políticas que contribuam para a atuação dos conselheiros municipais de esportes de Minas Gerais e para o fortalecimento dos conselhos esportivos municipais, importantes instâncias de participação popular no país.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Direitos da juventude**: Subsídios para o debate. Brasília. 2015.

BERNARDES, Maria Aparecida Fraga. Conselhos de Representação: espaços para os idosos se organizarem na defesa de seus direitos. **Revista Kairós**. São Paulo, v.10, n. 2, dezembro de 2007. p. 107-121.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.37, n. 132, set/dez de 2007. p. 537-572.

BUENO, Natália Salgado. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos. **Lua Nova**. São Paulo, n. 85, 2012. p. 187-226.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.9, n.1, 2001. p. 291-298.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 9, n. 17, junho de 2009. p. 85-99.

COSTA, Thiago Cortez. Cotas de participação e eleições no Brasil. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia. Cênone Editoração, 2011. p. 187-212.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles. Desafios para o funcionamento eficaz dos Conselhos. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (Org.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo. Pólis, 2000. p. 73-77.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência 2010. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos estados e municípios brasileiros**: esporte 2003. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos estados e municípios brasileiros**: esporte 2016. Rio de Janeiro, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores. 2005 – Rio de Janeiro, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação. 2017. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Características gerais dos domicílios e dos moradores. 2018. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2018**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2018. Rio de Janeiro, 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos 15 anos). **Tempo Social**. São Paulo, v.13, n. 2, novembro de 2001. p. 121-142.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter Pim; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação da sociedade civil. **Lua Nova**. São Paulo, n. 67, 2006. p. 49-103.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre**. 2002. 225p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2002.

MARTINS, Valdete de Barros. Análise dos Conselhos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos de Assistência Social. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (Org.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo. Pólis, 2000. p. 87-91.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006. p.136-164.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.393, de 9 de junho de 2010. Regulamenta o critério "esportes" estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Minas Gerais Diário do Executivo: pag. 1 col. 1. Minas Gerais, Belo Horizonte, 09 jun. 2010.

RAMOS, Michelle de Fátima; CEZARE, Juliana Pellegrini; VENDRAMINI, Paula R. Jorge; COUTINHO, Sonia Maria Viggaini; REIS, Tatiana Sandreschi; FERNANDES, Valdir. Conselhos Setoriais: perfil dos conselheiros e sua influência da tomada de decisão. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, supl. 3, 2012, p. 61-70.

RODOLF, Noronha de. Avaliação comparativa dos Conselhos Municipais. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (Org.). Conselhos Gestores de Políticas Públicas. São Paulo. **Pólis**, 2000. 144 p.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; MACEDO, Débora Maria Borges de. O conselho nacional de juventude e a participação social dos jovens no ciclo de políticas públicas. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. (Org.). **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília. IPEA, 2016. p. 17-58.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. **Anais eletrônicos do XV Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife, 2007. p. 1-9.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 25, novembro de 2005. p. 209-2013.

ANEXO I

PESQUISA PERFIL DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES DE MINAS GERAIS QUESTIONÁRIO PARA EX-CONSELHEIROS (NÃO EXERCEM MAIS A FUNÇÃO)

O Observatório do Esporte de Minas Gerais, vinculado à Superintendência de Fomento e Incentivo ao Esporte está realizando a sua primeira pesquisa, “O Perfil dos Conselheiros Municipais de Esportes de Minas Gerais”, que tem como objetivo identificar a compreensão dos conselheiros quanto a sua atuação nos conselhos municipais de esportes do estado. Os resultados da pesquisa oferecerão insumos para a tomada de decisões mais assertivas sobre as políticas públicas esportivas do estado, além de contribuir na identificação das demandas por qualificação dos conselheiros e ainda colaborará para a ampliação do diálogo e fortalecimento dos vínculos institucionais entre o poder público e a sociedade civil

A equipe do Observatório do Esporte de Minas Gerais se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos pelo seguinte e-mail: observatorio@esportes.mg.gov.br.

Certos de sua atenção, agradecemos desde já.

Para começar clique em “OK”.

1. Município de atuação

2. Gênero

Feminino

Masculino

Outro (especifique)

3. Cor/Raça

Branca

Preta

Parda

Amarela (ascendência oriental)

Indígena

Não quero responder

4. Faixa Etária

até 20 anos

de 21 a 30 anos

de 31 a 40 anos

de 41 a 50 anos

de 51 a 60 anos

mais de 60 anos

5. Qual seu último grau de escolaridade completo?

Não frequentei a escola

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

6. Atualmente você está estudando?

Não

Sim. O que?

7. Caso tenha cursado ou esteja em curso de Pós-Graduação, qual sua área de estudo?

8. Profissão (questão aberta)

9. E ocupação(ões)/trabalho(s) atual(is)

10. Qual é a sua renda familiar média mensal? (Soma de renda de todos os contribuintes do lar)

Nenhuma renda

Até 1 salário mínimo (até R\$998,00)

De R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00

De R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00

De R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00

De R\$ 8.982,01 até R\$ 11.946,00

De R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00

Mais de R\$ 14.970,01

11. Por quantos anos você atuou como conselheiro (a) municipal de esportes?

Menos de 2 anos
De 2 a 4 anos
Acima de 4 anos
Não sei

12. Atuou no Conselho Municipal de Esportes como conselheiro titular, suplente ou ambos?

Fui apenas membro titular
Fui apenas membro suplente
Fui titular e suplente
Não sei

13. Setor que representou no Conselho Municipal de Esportes

Sociedade civil (ONGs, Associações, Clubes etc)
Poder Público (Secretarias Municipais, Câmara de Vereadores, etc)
Representei ambos os setores

14. Além de conselheiro(a), você exercia função na secretaria/diretoria/unidade de esportes da Prefeitura Municipal?

Não
Sim

15. Qual(is) das seguintes atividades você realizou enquanto conselheiro? (É possível marcar mais de uma alternativa)

Colaborei na elaboração e execução de ações e programas esportivos realizados pela Prefeitura
Avaliei e fiscalizei a execução de ações e programas esportivos da Prefeitura
Atuei no diálogo entre a sociedade civil e a secretaria/diretoria/unidade de esportes
Atuei na comunicação entre o Conselho Municipal de Esportes e outros conselhos ou organizações sociais
Representei minha comunidade/entidade ou o poder público na discussão e promoção de ações e programas esportivos no município
Outra(s) (especifique)

16. Marque o(s) motivo(s) que dificultou(aram) sua atuação no Conselho Municipal de Esportes. (É possível marcar mais de uma alternativa)

Não tive motivos que dificultaram minha atuação no Conselho
Não possuía recursos financeiros para deslocamento (ex: transporte)
Considerava o local (distância, tempo de percurso e espaço físico) inadequado para as reuniões
Considerava dia e horário inadequados para as reuniões
Considerava a periodicidade das reuniões inadequada
Considerava a duração das reuniões inadequada
Tinha dificuldade em conciliar as atividades de conselheiro(a) de esporte com as minhas atividades profissionais/pessoais
Não era remunerado pela atividade
Não identificava que os assuntos tratados nas reuniões eram de interesse da comunidade/entidade que represento
Me sentia frustrado(a) porque o conselho não contribuía efetivamente para as ações e programas esportivos no município
Sentia falta de informação/conhecimento sobre os assuntos tratados nas reuniões
Outro(s) (especifique)

17. Você identifica algum(ns) ponto(s) positivo(s) da sua experiência como conselheiro(a) municipal de esportes? (É possível marcar mais de uma alternativa)

Não identifiquei pontos positivos da minha experiência

Contribuí para o desenvolvimento de ações e programas esportivos no município

Ampliei minha experiência profissional

Exerci minha cidadania

Outras (especifique)

18. Você já participou de algum curso/evento que contribuiu para a sua atuação enquanto conselheiro?

Não

Sim. Quais?

19. Você acredita que existem cursos necessários para contribuir para a melhor atuação dos conselheiros municipais?

Não

Não sei

Sim. Quais?

20. Caso tenha considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário e sobre ações e programas esportivos no seu município, escreva nesse campo.

PESQUISA PERFIL DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ESPORTES DE MINAS GERAIS

QUESTIONÁRIO PARA CONSELHEIROS ATIVOS

O Observatório do Esporte de Minas Gerais, vinculado à Superintendência de Fomento e Incentivo ao Esporte está realizando a sua primeira pesquisa, “O Perfil dos Conselheiros Municipais de Esportes de Minas Gerais”, que tem como objetivo identificar a compreensão dos conselheiros quanto a sua atuação nos conselhos municipais de esportes do estado. Os resultados da pesquisa oferecerão insumos para a tomada de decisões mais assertivas sobre as políticas públicas esportivas do estado, além de contribuir na identificação das demandas por qualificação dos conselheiros e ainda colaborará para a ampliação do diálogo e fortalecimento dos vínculos institucionais entre o poder público e a sociedade civil.

A equipe do Observatório do Esporte de Minas Gerais se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos pelo seguinte e-mail: observatorio@esportes.mg.gov.br.

Certos de sua atenção, agradecemos desde já.

Para começar clique em “OK”

1. Município de atuação

2. Gênero

Feminino

Masculino

Outro (especifique)

3. Cor/Raça

Branca

Preta

Parda

Amarela (ascendência oriental)

Indígena

Não quero responder

4. Faixa Etária

até 20 anos

de 21 a 30 anos

de 31 a 40 anos

de 41 a 50 anos

de 51 a 60 anos

mais de 60 anos

*5. Qual seu último grau de escolaridade completo?

Não frequentei a escola

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

6. Atualmente você está estudando?

Não

Sim. O que?

7. Caso tenha cursado Pós-Graduação, qual sua área de estudo?

8. Profissão

9. E ocupação(ões)/trabalho(s) atual(is)?

10. Com qual(is) modalidade(s) você atua? (É possível marcar mais de uma alternativa)

Atividades recreativas

Atletismo

Atletismo PCD

Badminton

Basquete em cadeira de rodas

Basquetebol

Bocha PCD

Boxe

Canoagem

Ciclismo

Esgrima

Esgrima em cadeira de Rodas

Futebol

Futebol de cinco PCD

Futebol de sete PCD

Ginástica

Goalball

Golfe

Handebol

Hipismo

Hipismo PCD

Hóquei sobre a grama

Judô

Judô PCD

Levantamento de peso

Levantamento de peso PCD

Luta Olímpica

Nado sincronizado

Natação

Natação PCD

Paracanoagem

Paraciclismo

Paratriatlo

Pentatlo moderno

Polo aquático

Remo

Remo PCD

Rugby em cadeira de rodas

Rugby Sevens

Saltos ornamentais

Skate

Taekwondo

Tênis

Tênis de Mesa

Tênis de Mesa Paralímpico

Tênis em cadeira de rodas

Tiro
Tiro com Arco
Tiro com Arco Paralímpico
Tiro Esportivo PCD
Triathlon
Vela
Vela PCD
Voleibol
Voleibol de praia
Voleibol Sentado
Beisebol
Bocha
Capoeira
Corrida de rua/caminhada
Futebol Americano
Futebol Society
Futsal
Jiu-Jitsu
Karatê
Kick Boxing
Malha
MMA (Arte Marcial Mista)
Motociclismo
Muay Thai
Peteca
Voo Livre
Xadrez
Outros (especifique)

11. Qual é a sua renda familiar média mensal? (Soma de renda de todos os contribuintes do lar)

Nenhuma renda

Até 1 salário mínimo (até R\$998,00)

De R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00

De R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00

De R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00

De R\$ 8.982,01 até R\$ 11.946,00

De R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00

Mais de R\$ 14.970,01

12. Há quantos anos é conselheiro (a) municipal esportivo?

Menos de 2 anos

De 2 a 4 anos

Acima de 4 anos

Não sei

13. Qual é a sua situação no Conselho, atualmente?

Sou membro titular

Sou membro suplente

Não sei

14. Qual setor representa no Conselho Municipal de Esportes?

Sociedade Civil (ONG, Associações, Clubes etc)

Poder Público (secretaria/diretoria/unidade de esportes, Câmara de Vereadores)

15. Além de conselheiro(a), você exerce função na secretaria/diretoria/unidade de esportes da Prefeitura Municipal?

Sim

Não

16. Qual(is) das seguintes atividades você realiza enquanto conselheiro (É possível marcar mais de uma alternativa)

Colaboro na elaboração e execução de ações e programas esportivos realizados pela Prefeitura

Avalio e fiscalizo a execução de ações e programas esportivos da Prefeitura

Atuo no diálogo entre a sociedade civil e a Secretaria Municipal de Esportes

Atuo na comunicação entre o Conselho Municipal de Esportes e outros conselhos ou organizações sociais

Represento minha comunidade/entidade ou o poder público na discussão e promoção de ações e programas esportivos no município

Não realizo nenhuma das atividades anteriores

Outro (especifique)

17. Marque o(s) motivo(s) que dificulta(m) sua participação no Conselho Municipal de Esportes. (É possível marcar mais de uma alternativa)

Não tenho motivos que dificultam minha atuação no Conselho

Não possuo recursos financeiros para deslocamento (ex: transporte)

Considero o local (distância, tempo de percurso e espaço físico) inadequado para as reuniões

Considero dia e horário inadequados para as reuniões

Considero a periodicidade das reuniões inadequada

Considero a duração das reuniões inadequada

Tenho dificuldade em conciliar as atividades de conselheiro(a) de esporte com as minhas atividades profissionais/pessoais

Não sou remunerado pela atividade

Não identifico que os assuntos tratados nas reuniões são de interesse da comunidade/entidade que represento

Me sinto frustrado porque o conselho não contribui efetivamente para as ações e programas esportivos no município

Sinto falta de informação/conhecimento sobre os assuntos tratados nas reuniões

Outro (especifique)

18. Você identifica algum(ns) ponto(s) positivo(s) da sua experiência como conselheiro(a) municipal de esportes? (É possível marcar mais de uma alternativa)

Não identifico pontos positivos da minha experiência

Contribuo para o desenvolvimento de ações e programas esportivos no município

Amplio minha experiência profissional

Exerço minha cidadania

Outras (especifique)

19. Você já participou de algum curso/evento que contribuiu para a sua atuação enquanto conselheiro?

Não

Sim (Especifique)

20. Você tem interesse em fazer algum curso que contribua para ampliar e fortalecer a sua atuação como conselheiro?

Não

Sim. Quais?

21. Se tem interesse em participar de cursos, quantas horas por semana você está disposto a se dedicar para essas capacitações?

Não tenho tempo disponível

1 ou 2 horas

3 ou 4 horas

5 ou 6 horas

Mais de 6 horas

22. Caso tenha considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário e sobre ações e programas esportivos no seu município, escreva nesse campo.